

ISBN — 85-225-0478-4

Copyright © Alba Zaluar

Direitos desta edição reservados à
EDITORA FGV
Praia de Botafogo, 190 — 14º andar
22250-900 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil
Tels.: 0800-21-7777 — 21-2559-5543
Fax: 21-2559-5532
e-mail: editora@fgv.br
web site: www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 5.988).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade da autora.

1ª edição — 2004

Revisão de originais: Luiz Alberto Monjardim

Editoração eletrônica: Victoria Rabello

Revisão: Aleidis de Beltran e Fatima Caroni

Capa: aspecto: design

Coordenadora da Série Violência, Cultura e Poder: Alba Zaluar

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Mario Henrique Simonsen/FGV

Zaluar, Alba

Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas / Alba Zaluar. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.
440p. — (Violência, cultura e poder)

Inclui bibliografia.

1. Violência — Rio de Janeiro (RJ). 2. Tráfico de drogas — Rio de Janeiro (RJ). 3. Pobreza — Rio de Janeiro (RJ). I. Fundação Getúlio Vargas. II. Título. III. Série.

CDD — 301.633098153

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
CAPÍTULO 1	
Crime e castigo vistos por uma antropóloga	9
CAPÍTULO 2	
Crime e diabo na terra de Deus	37
CAPÍTULO 3	
Sociabilidade, institucionalidade e violência	57
CAPÍTULO 4	
Gênero e educação pública	79
CAPÍTULO 5	
Cultura, educação popular e escola pública	107
CAPÍTULO 6	
Qualidade de dados: políticas públicas eficazes e democracia	131
CAPÍTULO 7	
Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-85	149
CAPÍTULO 8	
Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência	177
CAPÍTULO 9	
As imagens da e na cidade: a superação da obscuridade	203

CAPÍTULO 10	
Violência e crime: saídas para os excluídos ou desafios para a democracia?	217
CAPÍTULO 11	
Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas	279
CAPÍTULO 12	
Violência em três bairros do Rio de Janeiro: estilos de lazer e redes de tráfico	307
CAPÍTULO 13	
Crime organizado, violência e poder: bairrismos fora de lugar	341
CAPÍTULO 14	
Masculinidades, crises e violências	365
CAPÍTULO 15	
Mediadores da paz	397
Bibliografia	415

AGRADECIMENTOS

Este livro reúne textos escritos ao longo dos últimos 10 anos sobre os temas da violência urbana, da pobreza e do tráfico de drogas: diagnóstico e prevenção. Todos são fruto de pesquisas de campo realizadas ao longo desses anos em que contei com diferentes equipes de pesquisadores e auxiliares técnicos. A eles, que colaboraram diligentemente na coleta dos dados e seguiram as orientações da nem sempre tranqüila coordenadora, o meu reconhecimento pela colaboração no trabalho coletivo. O CNPq, o Pronex e o Ministério da Justiça financiaram a maior parte das pesquisas feitas. A pesquisa sobre a escola pública no Rio de Janeiro foi coordenada junto com Maria Cristina Leal e financiada pelo Unicef, a Fundação Ford e o Banco Mundial. Os relatórios apresentados nessas várias pesquisas foram transformados em artigos que agora reúno. Minha permanência na Prefeitura do Rio de Janeiro durante um ano e meio deu-me também a possibilidade de conhecer os projetos de prevenção da violência e segurança pública de outras cidades (Chicago e Paris), além de ter-me levado a escrever um projeto para o Rio de Janeiro que continua a ser parcialmente executado. Aos amigos e colaboradores da prefeitura, com quem muito aprendi sobre as dificuldades da política pública, o meu muito obrigada.

A perspectiva adotada nos textos é a da sociologia contemporânea, que muito deve à abordagem antropológica, na qual fui formada. Mas hoje a antropologia está marcada pelas dissensões entre as concepções relativistas da disciplina e os direitos universais da cidadania. No meu entender, aquelas não podem negar esses direitos, conquistas da humanidade desde o século XVIII, que foram paulatinamente ampliados para incluir direitos indígenas, direitos coletivos, direitos de minorias religiosas, sexuais, étnicas. Ora, tais direitos fazem parte de

provavelmente conseqüência da falta de restrições morais e, em países onde a justiça trabalha lenta e injustamente, da falta de lei. Quando a justiça e a lei fracassam, não há limites para as fortunas ilícitas, seja de políticos ou policiais corruptos, seja de violentos traficantes. A distinção entre certo e errado, entre o confiável e o não-confiável, entre o justo e o injusto tornam-se menos e menos nítidas. Em outras palavras, a previsibilidade e a confiança, sem as quais a vida social e a ordem pública não são possíveis, desaparecem. Se as pessoas não encontram nas esferas jurídicas e políticas as soluções para esses problemas, o medo e a sensação de um iminente colapso da ordem e da vida social as fazem procurar na religião e na privacidade o refúgio familiar e restrito para essa ameaçadora bola-de-neve. Nesse processo, podem encontrar uma nova prisão e um novo perigo de conflagração: o diabo identificado no próximo.

Sociabilidade, institucionalidade e violência*

Amanhã vai ser outro dia (...).

Hoje você é quem manda, falou tá falado, não tem discussão, não.

A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão.

Chico Buarque

Na década de 1980, o Brasil viveu um processo de redemocratização, juntamente com uma severa crise econômica, alimentada por altíssimos níveis inflacionários. Mesmo assim, o problema da criminalidade violenta, que despontou na mesma década nas cidades brasileiras, é um paradoxo que não pode ser reduzido a causas econômicas: pertence a uma cadeia de causas e efeitos que se entrecruzam. A própria inflação é não apenas um fato econômico, mas também psicológico e moral, pois tem efeitos perversos sobre o comportamento da população, especialmente a que vive de salários e nada ganha com ela. A inflação corrói e contamina a confiança mútua, sem a qual não há relação social estável entre os agentes econômicos nem, portanto, sociedade, sociabilidade, vida social em comum. Tira também a credibilidade do governo, pois é considerada um "roubo". Assim, a inflação acaba estimulando furtos, roubos e assaltos, que passam a ser cometidos com a justificativa de que "todos estão roubando" (Zaluar, 1983). A inflação em ritmo alucinante ajuda a criar igualmente as miragens do "ganhar dinheiro fácil", idéia principal daqueles que passam a cometer crimes cada vez mais ousa-

* Texto publicado primeiramente em *O Estado do Rio de Janeiro — I Debate da Fundação Getúlio Vargas* (Rio de Janeiro: FGV, 1995, p. 128-184) e revisto para este livro.

dos para mostrar que também são “espertos”. Ela também facilita a corrupção, pois torna a contabilidade e o controle dos orçamentos públicos cada vez mais difíceis. A própria violência também sofre um processo inflacionário, quando a perda dos valores da vida e do entendimento fazem com que a moeda da sociabilidade positiva deixe de vigorar. O social passa a ser regido por uma moeda podre também; e, como no caso da inflação econômica, também ela necessita de políticas públicas adequadas e da mudança de comportamentos dos agentes sociais.

Por isso mesmo as próprias idéias dos que procuram explicar o fenômeno do aumento de crimes violentos entram no rol das causas e efeitos entrecruzados, na medida em que afetam as políticas públicas para combater esse aumento, as quais podem ser eficazes ou não. Assim acontece quando a economia informal é apresentada como sinal de resistência ao mundo disciplinar do trabalho, ao mesmo tempo em que se torna alternativa para o capitalismo oficial das grandes corporações nacionais e internacionais. O comércio de rua ou a própria residência na rua foram até mesmo apresentados como o “espaço de liberdade” dos “excluídos”, sejam crianças, adolescentes ou adultos. Mas o comércio informal das ruas, parte da paisagem do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras desde quando os escravos “de ganho” nelas obtinham dinheiro para seu amo e sua alforria, hoje tem outra feição. Entre as informais, as atividades ilícitas e ilegais têm agora uma organização clandestina e poderosa. O mercado informal não é mais apenas o território do trabalhador autônomo e criativo.

O mesmo se deu quando a atual cultura viril da rua foi comparada com os tempos heróicos da capoeira, da boemia, da malandragem, sem se compreender como ela foi profundamente modificada pelo crime organizado. O banditismo, ao qual se nega esse caráter, passa a ser visto, nessa perspectiva, como revolta de jovens oriundos das classes populares, no modelo da carência absoluta. A imagem do menino de rua faminto que rouba para comer torna-se o modelo explicativo para o pandemônio instalado nas cidades brasileiras. Não se perguntou por que, em pouco tempo, ao final dos anos 1970, esses meninos passaram a formar bandos ou galeras para brigar entre si nos bailes, nem por que apenas uma pequena minoria acabou juntando-se às quadrilhas para seguir carreiras criminosas de ladrões e traficantes. Revolta, sim, mas com outras explicações e, do ponto de vista da classe social a que pertencem todos, sem causa. Não se podem ignorar os diferentes juízos

feitos a respeito de tais carreiras pelos vizinhos e parentes desses jovens, nem as dúvidas e conflitos interiores deles próprios, que estão longe de pensar consensualmente.

Além do mais, há que considerar, no plano objetivo, os furtos e roubos de automóveis, rádios, toca-fitas, eletrodomésticos, jóias e dólares, que apontam para mecanismos e dinâmicas além do que o senso comum deixa perceber. Se tais objetos não são roubados para consumo próprio, entram na circulação de mercadorias, característica do mundo capitalista. Seguem os canais não-oficiais, clandestinos, vistos romanticamente como opostos ao “sistema”, mas servindo ao mesmo demônio da acumulação infundável e da obtenção de lucro desmesurado. No esquema de extorsão, de favores e dívidas contraídas com traficantes, os jovens que começam como usuários de drogas são levados a roubar, assaltar e às vezes até matar para pagar aqueles que os ameaçam de morte, caso não consigam saldar a dívida e manter o respeito. Com seus patrões, aprendem a se comportar com violência, portando armas de fogo e praticando assaltos. Muitos deles acabam se tornando membros de quadrilhas, seja para pagar dívidas, seja para se sentir mais forte diante dos inimigos criados, seja para intimidar vítimas e para se impor aos policiais, afundando cada vez mais nesse círculo que entendem ser praticamente interminável e inescapável.

Na atividade altamente rendosa do tráfico no atacado, empresários, fazendeiros, negociantes e banqueiros com vínculos transnacionais comandam o investimento, a produção, a comercialização e a lavagem de dinheiro. No varejo, pequenos traficantes (os únicos presos e identificados publicamente) realizam lucros extraordinários, podendo o “dono da boca” quintuplicar o que pagou pela mercadoria, seguido pelo gerente e o vapor, que também recebem percentuais do “movimento”. Aviões e olheiros não têm ganho certo, podendo alguns receber bem mais do que operários da construção civil, mas sem nenhum dos direitos destes nem percentual de insalubridade pelo risco de vida que correm. O mesmo acontece na venda, à luz do dia e em plena rua, de mercadorias roubadas, contrabandeadas e pirateadas. Entender como o ilícito e o ilegal, comandados por ricos negociantes, se enraizaram no setor informal para comandar um exército de empregados e sócios menores é fundamental.

Uma espécie de acumulação primitiva contemporânea, que exerce as mesmas funções da pirataria nos primórdios do capitalismo co-

mercado europeu, convive agora com as grandes organizações que fazem parte da cultura capitalista monopolista. A riqueza, nesse processo, muda de mãos e é apropriada por outros agentes, que não têm a legitimidade social do empreendedor. Assumem riscos, mas querem ganhar “dinheiro fácil”. No setor informal, hoje, atividades empresariais organizadas e ilícitas se valem da impunidade, daquilo que um sociólogo chamou de “áreas de exclusão da lei” (Dahrendorf, 1987). Esses novos agentes vivem, pois, na ordem marcada por um controle impiedoso dos que infringem suas normas, mas são profundamente desorganizadores da sociabilidade e provocam um sentimento insuportável de desordem e incerteza na população urbana, principalmente a pobre (Caldeira, 1992; Paixão, 1988; Zaluvar, 2002a).

O modelo da explicação da criminalidade do tipo Robin Hood, que rouba dos ricos para dar aos pobres, ainda excita a imaginação dos que se indignam com a iniquidade do sistema brasileiro. Se não há dúvida de que jovens e crianças pobres estão sendo usados nessas organizações criminosas para realizar os atos mais visíveis e arriscados, não são eles os que enriquecem com o crime. Os objetos roubados — que deixam de ser valores de uso para tornarem-se novamente valores de troca — passam por muitas mãos: do eventual assaltante e ladrão “caixa-baixa” para as quadrilhas bem armadas ou para os policiais corruptos, que também tomam dos primeiros ladrões, e, finalmente, para os receptadores, que pagam pouco por esses objetos e os revendem a preços de mercado. A proliferação de feiras de camelôs que vendem produtos roubados e contrabandeados e de lojas de compra e venda de ouro é apenas uma das faces mais visíveis dessa comercialização clandestina que chega à luz das ruas, mas continua sombreada nos seus esquemas de poder e corrupção. Na verdade, temos um processo inverso: em vez de redistribuição de riquezas, acumulação de riquezas nas mãos de poucas pessoas que continuam fazendo fortuna em cima dos riscos que essas atividades impõem aos nelas envolvidos.

A imagem do malandro, associada ao horror ao batente e à disciplina do trabalho fabril, foi igualmente afetada pelos novos esquemas das atividades informais. Surgiu inicialmente como ícone da cidade do Rio de Janeiro, associada à preguiça e ao lazer contínuo, para diferenciá-la de São Paulo, desde que seus ideólogos criaram para esse estado a idéia da “locomotiva do Brasil”. Fez parte, portanto, da luta pelo domínio da economia e da política do país por parte da elite regional paulis-

ta. Mesmo assim, o malandro tornou-se um anti-herói da resistência ao capitalismo, sinônimo de golpista, preguiçoso e parasita, cuja imagem negativa se associou a todos os cariocas.

Mas o “malandro” que viveu na cidade do Rio de Janeiro até aproximadamente meados dos anos 1960 participava intensamente da vida cultural produtiva da cidade, ou daquilo que Habermas chama de espaço público ou opinião pública crítica, que não é aferida por pesquisas quantitativas de opinião, pois depende de um processo contínuo de discussão pública, também social, do que seria certo, desejável e justo (Zaluvar, 2002a). Na boemia, produziu os melhores momentos da nossa música popular, ainda carente de um mercado e de uma indústria fonográfica que lhe garantissem uma sobrevivência digna. Os avanços do capitalismo na indústria cultural nas duas últimas décadas, no entanto, tornaram isso uma possibilidade real.

Com a aposentadoria desse criativo malandro que foi trabalhar na indústria cultural sem se tornar por isso um alienado, pois continuou crítico de nossas instituições e nossa sociedade, outro personagem, muito mais sinistro, da suposta resistência surgiu: o bandido. Este apareceu quando a contravenção e o crime tornaram-se eles mesmos grandes empreendimentos mercantis montados num exército de empregados que são simultaneamente soldados de uma interminável guerra pelo controle dos mercados. Nestes, o acúmulo de riquezas e dos instrumentos da violência são fundamentais para capacitar as pessoas na resolução de conflitos. Pois se a Justiça não pode ser acionada por causa da ilegalidade do empreendimento, as armas de fogo são extremamente eficazes para destruir desafetos e rivais, para dominar as vítimas, para amedrontar possíveis testemunhas e criar respeito entre comparsas e policiais, garantindo a impunidade. Também esse novo personagem foi apresentado na grande imprensa como natural do Rio de Janeiro, uma mentira que esvaziou ainda mais a economia do estado. É preciso, pois, começar a entender esse novo personagem a partir de seus próprios depoimentos acerca de quem ele é, para não se cair nas explicações preconceituosas, bairristas e pseudoculturalistas que mais têm a ver com a disputa pelo domínio do país do que com o entendimento do fato.

O bandido se crê uma pessoa que resolve tudo pela sua própria cabeça e que é basicamente *livre*, até que a polícia o atralhe. Não faz samba costumeiramente mas, quando faz, quer que o seu, ou do seu aliado, vença de qualquer maneira a seleção. Não cria obras culturais,

mas incorpora os hábitos da violência no cotidiano de todos. Não participa da criação de um espaço público de discussão e diálogo para melhorar a sociedade, mas leva ao paroxismo o princípio da maximização dos lucros num mercado capitalista, sem o princípio da igualdade e dos direitos entre as partes, sendo portanto totalmente infenso a qualquer controle. A não ser de suas próprias armas, usadas sempre que o comércio — ou a identidade masculina — estiver ameaçado por algum competidor (Duarte, 1992; Zaluar, 1994a).

Um dos nós da questão é a crise de valores que se segue às profundas mudanças ocorridas na nova situação urbano-industrial. O enfraquecimento dos laços de lealdade e dependência entre pais e filhos, padrinhos e afilhados, patronos e clientes, e de seu correspondente mapa de valores ou de símbolos, não foi compensado pelo aparecimento de um novo mapa a guiar os caminhos dos jovens. Todos os entrevistados revelaram a interiorização de uma ideologia individualista moderna em que a ilusão quanto à liberdade da pessoa estava atrelada a uma concepção extremamente autoritária do poder, como acontece nas gangues e outras organizações juvenis da rebeldia sem causa. Se o chefe ou “cabeça” era tido como homem inteiramente autônomo, essa capacidade de exercer sem restrições sua vontade fazia-se à custa da submissão de seus seguidores ou teleguiados. Essa relação ficava ainda mais patente no caso das vítimas desses jovens.

Embora a palavra empenhada seja importante para avaliar a lealdade ao chefe e a fidelidade à quadrilha, a ausência da noção de direitos, a qual implica a disseminação da palavra, do argumento e da vontade de todos na negociação de conflitos, faz do extermínio ou assassinato a forma mais comum de resolvê-los. Trata-se, pois, da visão do indivíduo atomizado, sem vínculos sociais com as gerações anteriores, que se protege em bandos formados pelos seus iguais para demonstrar força bruta. Nessa ideologia, cada indivíduo e cada bando lutam sozinhos para se defender de todos os demais. Por isso mesmo a guerra é um tema constante nas falas desses jovens e uma realidade tão trágica em suas vidas.

O etos da masculinidade, muito forte na cultura da rua, constrói-se, entre eles, sem o contraponto do feminino e impõe a necessidade de responder às provocações e humilhações de modo violento. Para conseguir o respeito de seus colegas e a admiração das mulheres, o jovem necessita estar com dinheiro no bolso que lhe permita consumir

rapidamente o que conseguiu ganhar facilmente. Seguem-se a exibição constante da disposição para a briga e a orgia de consumo interminável, nas quais o jovem cria para si mesmo um círculo vicioso, do qual não consegue sair. É preciso estar repetindo sempre o ato criminoso para ganhar o dinheiro fácil que sai fácil do seu bolso. Esse círculo demoníaco fecha-se ainda mais pelo pagamento de parte do butim aos quadrilheiros mais armados e poderosos do que ele, assim como ao policial corrupto. Para continuar a agir criminalmente a fim de ganhar dinheiro fácil, o jovem cria em torno de si uma rede de obrigações em forma de pagamentos em dinheiro e outros favores, como, por exemplo, matar algum inimigo desses poderosos chefes do mundo da contravenção e do crime (Zaluar, 1994a).

As regras que punem com a morte a traição e que caracterizam a violência nas sociedades secretas e criminosas estão presentes nas relações comerciais do mundo do tráfico de drogas e nas relações de poder dentro das quadrilhas, montadas na exploração dos mais jovens e na submissão aos chefes. Daí a rígida separação entre teleguiados e chefes, assim como o emprego de pré-adolescentes para exercer os papéis de submissão nessas relações. Para entrarem ou serem aceitos na quadrilha, devem provar sua “disposição”, ou seja, que são homens donos de sua vontade (ou de sua cabeça), dominando a vítima ou o inimigo na ocasião. A ilusão do momento de poder absoluto sobre o outro se desmancha quando um jovem é ele próprio objeto da violência de seus comparsas, de seus inimigos ou de policiais. O que era antes um sonho de liberdade absoluta ou domínio sem resistência possível torna-se então uma armadilha que aprisiona, especialmente clara quando o jovem quer deixar a quadrilha, mas descobre que, se o fizer, receberá ameaças de morte.

É justamente esse novo etos que vai provocar um desastroso empobrecimento de sua vida social, no qual desaparecem outras figuras masculinas até então valorizadas, respeitadas e influentes no local. O bom jogador de futebol, o bom sambista, o bom pai de família, o trabalhador habilidoso e o malandro esperto que dividia com todos esses personagens o poder no bairro estão deixando de ser referências para o adolescente pobre que se torna um “revoltado”, aquele que não ouve ninguém, que não obedece nenhuma regra socialmente aceita. O poder do bandido armado e montado na grana é incontestável. Todos eles o temem. O adolescente que procura seus espelhos vê cada vez mais

apenas essa figura que ostenta todos os atributos do poder que não admite oposição — a arma na cintura —, bem como os objetos mais cobiçados do consumismo atual — o carro do ano, as roupas de grife, o brilho do pó.

Contudo, mesmo para os que se deixam atrair pelo poder das quadrilhas, as ilusões do heroísmo bandido vão-se desfazendo à medida que eles amadurecem — e, para alguns já precocemente envelhecidos pelas decepções e enganos e que aderiram circunstancialmente ao estilo de vida criminoso, a permanência neste mundo é plena de dúvidas quanto aos valores e regras de uma atividade que os põe cotidianamente em contato com a morte, com a guerra. É isso que faz desses indivíduos personagens trágicos, em conflito consigo mesmos, com seus parceiros, com suas prováveis vítimas. A autoconsciência desses conflitos morais, embora esteja longe de ser completa, pode trazer ao conhecimento de todos o saber por eles acumulado a respeito das falhas, incoerências, discriminações e hipocrisias das instituições jurídicas, bem como dos terríveis aspectos desse mundo marginal autodestruidor, que ameaça não apenas a sociedade em torno, mas (e principalmente) os seus próprios membros. Por participarem ao mesmo tempo dessas instituições, do mercado, da empresa, da vizinhança pobre e da família, suas falas registradas em entrevistas iluminam de modo inesperado as relações e as superposições entre esses vários mundos.

O bandido, mais do que o malandro, é quem se perde numa perversão da liberdade na qual o outro não é levado em consideração. O outro e a sua liberdade não impõem limites à ação individual transgressora do bandido. As regras compartilhadas, porque delimitam a liberdade de cada um em prol da liberdade de todos os outros, perdem sua função de conter os excessos da ação individual. Essa absolutização da liberdade — “ninguém manda em mim, ninguém me influencia, ninguém me sugere” — é, de fato, a negação das exigências que os outros sempre impõem ao indivíduo e através das quais ele descobre sua liberdade limitada, seja por regras morais, seja por leis. A afirmação maior de um bandido é, inclusive, sua disposição em terminar de vez com a liberdade alheia — em suas palavras, a “disposição de matar” (Zaluar, 1994a). O bandido precisa ser mau para auto-afirmar-se: não pode hesitar diante das ações mais condenáveis, sob pena de ser considerado um homem emasculado, sentimental, fraco. Mas, como eles mesmos dizem, é uma ilusão, pois outras regras, as de submissão à vontade do

chefe e de punição com a morte para quem trai ou denuncia, se impõem inevitavelmente.

Essa idéia do homem forte e da punição brutal não deriva da autonomia moral que leva o outro em consideração quando avalia moralmente sua ação. Ao contrário, essa ação é resultante de um ideal de masculinidade baseado na demonstração de força bruta e na lealdade aos chefes que encarnam o grupo de pares. Mata-se, rouba-se, drogam-se crianças, torturam-se maus devedores, cala-se diante de maldades, tudo em nome da auto-afirmação do homem nessa construção ideal baseada na violência, em que os outros são meros objetos de uma vontade que não tem limites nos meios empregados, em que as pessoas são meros instrumentos para se ter o que se quer.

No entanto, não deixa de ser um eu convencional, dependente que está dessa imagem da virilidade e das regras para afirmá-la, por sua vez derivadas das regras morais de sociedades secretas e da instrumentalidade do mercado. Faz parte daquilo que Habermas chamou de metafísica da negação. Revela o compromisso com a filosofia da história em que a totalidade domina e subjuga indivíduos, e o social confunde-se com o dominante. O indivíduo, nessa concepção, não é mais do que o espelho da sociedade, à qual tem necessariamente que se submeter. Nesse caso, não resta outra saída para o que almeja a independência senão marginalizar-se, recusar o social como totalidade, na ilusão de que, pela transgressão, poderá finalmente expressar sua singularidade e, portanto, sua liberdade. Um mundo ainda convencional, apesar de toda a transgressão (Habermas, 1991).

A pobreza e o crime S.A.

A figura do jovem revoltado tem que ser, pois, reexaminada. Seu comportamento não se explica pela fome nem pela miséria absoluta. Pelos seus próprios depoimentos, recolhidos em conversas fora dos inquéritos policiais (Zaluar, 1994a), um grande móvel para sua adesão a esse tipo de crime é o enriquecimento rápido. Após a gradual conversão aos valores da violência e da nova organização criminosa montada no uso constante da arma de fogo, esse jovem descobre os prazeres da vida de rico e com este se identifica. Seu consumo passa a ser uma cópia exagerada, orgiástica do que entende ser o luxo do rico: muita roupa, carros,

mulheres, uísque (bebida de “bacana”) e muita cocaína (coisa de gente fina). No entanto, é um iludido: com o ganhar fácil, porque seu consumo orgiástico e excessivo o deixa sempre de bolso vazio, a repetir compulsivamente o ato criminoso; com o poder da arma de fogo, que o deixa viver por instantes um poder absoluto sobre suas vítimas, mas que acaba colocando-o na mesma posição diante dos quadrilheiros e policiais mais armados do que ele; com a possibilidade, enfim, de que, apesar de jovem, preto e pobre, vai-se “dar bem” e sair dessa vida de perigos e medos. Na verdade, quase sempre esse jovem ou morre muito cedo, muitas vezes caçado porque enriqueceu mais do que devia, ou é preso e passa a viver os horrores do sistema prisional brasileiro. Os que substituíram a gíngua do malandro pela arma e alguma droga, mas não saíram do bairro pobre e da favela, continuam sendo mortos e se matando pelas cidades. Ganham as manchetes, perdem a vida: a pena de morte os espreita a cada esquina. Mas os bandidos que, sem aparecer, distribuem as armas para os menores e os maiores que se matam entre si, os bandidos do atacado, os grandes comerciantes da droga, estes têm tido pouca investigação policial e pouca atenção midiática. Contudo, hoje a maioria das favelas e dos bairros pobres cariocas é dominada por traficantes médios, alguns dos quais se tornam tiranos que exercem seu poder de forma arbitrária e cruel, embora seu tempo de mando seja precário, e sua vida, curta.

Por isso é possível afirmar que, ao contrário do que se diz, a criminalidade violenta diminui, a médio e longo prazos, a renda familiar dos pobres. O crime organizado, por suas características empresariais ilegais, é altamente concentrador de renda. Não sofre nenhum tipo de limitação de leis de mercado, de preços ajustados, de salários mínimos estipulados, de direitos trabalhistas para os seus peões. O crime organizado trafega nos preços cartelizados e na punição com a morte daqueles que ousam desobedecer à ordem e à vontade do chefe ou simplesmente denunciá-lo. Os pequenos traficantes da favela, apesar de todo o aparato militar, na verdade estão ajudando a enriquecer aqueles que controlam o tráfico de drogas em toneladas e o contrabando de armas, o receptor, o policial corrupto, o advogado criminal, e assim por diante.

Pouquíssimos jovens saídos das camadas pobres conseguem se estabelecer, mas todos contribuem para enriquecer outros personagens que continuam nas sombras e que são os principais beneficiários das cifras da criminalidade: a cifra branca (dos delitos conhecidos) e a cifra

negra (dos que nem chegam ao registro policial). Pouco se sabe ainda sobre esses personagens que lucram com o crime: quem são, onde vivem, como efetuam seus contatos no submundo e como realizam o seu projeto de ascensão social. Os efeitos da guerra clandestina já se fazem sentir na parcela da população que abriga os bandidos identificados como tal: os que saem das camadas mais pobres da população, os que, por causa da cor de sua pele, não “se dão bem” e não passam a frequentar os círculos sociais dos ricos e dos negócios legítimos, os que carregam as armas e se expõem na rua aos riscos de topar com um rival, um policial ou uma vítima mais bem armados. Como as mortes violentas atingem principalmente homens jovens em idade produtiva, entre 14 e 39 anos (cerca de 80% das mortes violentas em todo o país), as famílias se vêem privadas daqueles que seriam os mais importantes contribuintes para a renda familiar. Desse quadro de violência resultam também os mutilados física e psicologicamente, os que se tornam deficientes e passam a ser apenas mais um peso para as famílias, especialmente as mais pobres.

Além disso, a violência, além de piorar a qualidade de vida porque o medo e a insegurança criam mais um problema para todas as famílias — pobres, remediadas e ricas —, também piora os já combalidos hospitais e escolas do país. Nos hospitais públicos e conveniados, 888.576 internações são feitas por ano para tratamento de vítimas de acidentes e crimes violentos, com custos altíssimos para o sistema, que já sofre pela falta de verbas para atender os doentes, os idosos e as crianças (Zaluar et al., 1994). Essa falta de verbas, como sabemos, não decorre apenas dos limites das verbas federais disponíveis, mas dos grandes prejuízos causados pelas inúmeras fraudes que continuam ocorrendo na rede de hospitais do país.

As escolas, por sua vez, além dos problemas de currículo, má formação do professor e baixos salários, têm ainda que enfrentar os efeitos do crime organizado sobre crianças e jovens em idade escolar. É sabido que as crianças não podem frequentar a escola por causa dos tiroteios nos bairros em que moram ou por causa da rivalidade entre as quadrilhas do bairro em que residem e as do bairro em que estudam. Nas escolas é cada vez mais comum o porte de armas entre os estudantes. A própria autoridade do professor foi minada pela valorização do poder adquirido através da posse de arma e do dinheiro fácil (Guimarães e De Paula, 1992), assim como a dos líderes comunitários que po-

voavam a vida local em décadas anteriores. No início dos anos 1980, os próprios diretores de escolas de samba, blocos de carnaval, times de futebol e associações de moradores — organizações voluntárias que marcavam a vida social dos pobres — reclamavam da perda de autoridade e apontavam a sua causa: o efeito subversivo das armas moderníssimas e poderosas nas mãos de rapazes e meros garotos. Estes, afastados de forma muito mais completa das atividades conjuntas com os adultos da família e do bairro, terminam sua socialização onde aprendem os princípios da sociabilidade negativa, baseada no conflito pelo conflito, na vingança pessoal e na ausência de mecanismos de negociação verbal, dentro dos grupos altamente territorializados das quadrilhas de onde saem os “chefes” ou tiranos locais. Não é de surpreender, então, que o Brasil seja um país com altas taxas de mortes violentas que atingem crianças e adolescentes.

Mas são os adolescentes acima de 14 anos de idade, e não as crianças, que estão sendo sistematicamente assassinados, a maioria provavelmente por outros jovens da mesma idade. Uma pesquisa sugere que 50% dos homicídios de adolescentes entre 15 e 18 anos seriam atribuídos à ação de grupos de extermínio, 40% a grupos de traficantes e 8,5% à polícia, afirmando que os assassinos são invisíveis e permanecem quase sempre desconhecidos (Faleiros, 1993). O problema reside na dificuldade de separar essas três categorias e comprovar a autoria das mortes. Ora, policiais corruptos agem como grupos de extorsão que podem ser rotulados de grupos de extermínio. Quadrilhas de traficantes e assaltantes não usam métodos diferentes dos primeiros, e tudo leva a crer que a luta pelo butim entre eles estaria levando à morte os seus jovens peões. No Rio de Janeiro, a investigação que se seguiu aos recentes massacres de Acari, Candelária e Vigário Geral deixou claro que eles foram executados por policiais pertencentes aos mesmos grupos, que estavam exigindo sua parte nos lucros do tráfico ou dos assaltos.

Contudo, a feminilização e infantilização da pobreza sem dúvida tiveram impacto na formação dos círculos viciosos que colocaram tantos jovens nas fileiras do crime organizado. Segundo dados dos relatórios sobre o crime do FBI, 70% dos delinquentes juvenis nos Estados Unidos viriam de famílias chefiadas por mulheres. No Brasil, é incontestável o aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres, bem como de crianças com menos de 10 anos nas famílias de renda mais baixa. Em 1989, 43% das famílias chefiadas por mulheres viviam

abaixo da linha da pobreza, correspondendo a 12% do total das famílias pobres. As famílias chefiadas por mulheres, com crianças e sem outros adultos além do chefe, eram as que estavam entre as extremamente pobres e muito pobres (Silva, 1987; IBGE, 1990; Henriques e Silva, 1989; Rizzini, 1993; Barros e Mendonça, 1993).

Esses dados explicam com clareza o fenômeno da criança que pouco a pouco corta seus laços com a família e a escola e passa a viver na rua. Ligada aos seus pares, crianças e adolescentes de rua como ela, passa a submeter-se a toda espécie de usos e abusos, inclusive dos adultos pertencentes às redes de receptação de objetos roubados, bem como dos policiais corruptos. Mas não são elas as responsáveis pelos crimes violentos, pois é mínima a proporção desses crimes entre os que elas cometem, a maioria de menor gravidade (Adorno et al., 1995; Rizzini, 1993).

Também é fato que, para compensar as perdas salariais advindas do processo inflacionário, assim como as novas demandas de consumo de bens duráveis e de vestuário, as famílias pobres passaram a recorrer ao trabalho infantil e juvenil para complementar a sua renda. Estudos sobre a infância pobre mostraram que, apesar da sensível diminuição da proporção de crianças na população brasileira (caiu de 44,7% em 1980 para 41% em 1989), cerca de 50,5% das crianças e adolescentes continuaram a fazer parte de famílias cujo rendimento mensal *per capita* era de até meio salário mínimo, e 27,4%, de famílias com rendimento de até 1/4 do salário mínimo (Rizzini, 1993). No entanto, a maioria desses jovens e crianças, muitos deles trabalhando na rua, permanece ao largo das atividades criminosas, embora esteja em posição mais vulnerável à influência dos grupos organizados de criminosos. Apenas uma minoria termina envolvida pelas quadrilhas de ladrões ou de traficantes, para os quais trabalha de arma na mão e vida no fio. Por uma série de problemas das políticas públicas no setor (Zaluar, 1994b), é muito grande o número dos que terminam povoando as prisões brasileiras, acusados de crimes cada vez mais graves. Não basta, pois, explicar o seu envolvimento pela vontade ou necessidade iniciais de ajudar a família na complementação da renda familiar, embora essa necessidade permaneça no pano de fundo.

Outra grave consequência das políticas públicas falhas durante a década foi que muitas crianças e jovens pobres não permaneceram na escola, apesar do crescimento da rede escolar em quase todo o país. Tanto o analfabetismo quanto a baixa escolarização dessas crianças e adoles-

centes podem ser parcialmente explicados pela necessidade de ingresso prematuro no mercado de trabalho para complementar a renda familiar insuficiente. Além disso, a repetência continuada, cuja análise apontaria muito mais as falhas do próprio sistema escolar, é um problema real no sistema de ensino brasileiro, que pouco melhorou ao longo das décadas: nos anos 1930, a taxa de repetência média era de 60%, e nos anos 1980, de 50% (Ribeiro, 1991). Daí afirmar-se que seria esse o motivo que levou alunos pobres a desistirem cedo da escola, embora o mesmo também ocorresse com alunos de outras classes sociais. Dos alunos que se encontravam entre os 10% mais pobres, 75% eram repetentes, enquanto entre os 10% mais ricos a repetência atingia 40%, média bem acima da encontrada em outros países (Glazer, 1986). A culpabilização dos alunos pobres, decorrente da ausência de crítica à escola no que se refere à qualidade do ensino, é o aspecto mais perverso do atual sistema escolar, na medida em que contribuiu para diminuir a auto-estima e criar uma auto-imagem negativa entre aqueles alunos (Ribeiro e Paiva, 1993), outra das sementes da criminalidade que, encontrando o meio propício, florescerá (Zaluar, 1994b). Não existem mais dúvidas sobre a correlação entre baixa escolaridade e baixa renda. Os trabalhadores analfabetos ou com um ano de escolaridade constituíam 72% dos trabalhadores pobres do país. Os que têm cinco anos de escola ganham 55% a mais do que a média dos salários no país, onde 60% dos trabalhadores percebiam menos do que US\$130 mensais em 1995.

O quadro oferecido pela própria violência urbana já estabelecida nos anos 1980 fechou o circuito da baixa escolaridade/baixos salários/atração pelas quadrilhas, pois também afastou alunos pobres da escola. O tiroteio cada vez mais comum nos bairros pobres, o uso de armas de fogo dentro de prédios escolares, onde já ocorreram várias mortes de alunos, e a proibição expressa de traficantes têm provocado mudanças de escola de um bairro para outro, prejudiciais ao rendimento escolar do aluno, ou simplesmente faltas repetidas na mesma escola. Por fim, a relação com o professor e demais figuras de autoridade, em crise por conta das ideologias disseminadas pelos estilos juvenis, hoje se encontra reforçada pelo uso cada vez mais comum de armas de fogo. A mera existência de opções informais do mercado ilegal de drogas e demais crimes contra a pessoa e contra o patrimônio minou a visão da profissionalização e da educação como saídas da pobreza (Guimarães, 1992).

Esses problemas são particularmente graves nas grandes regiões metropolitanas do Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro são as metrópoles brasileiras que abrigam o maior contingente daqueles classificados como miseráveis em números absolutos. Em São Paulo vivem 3.800.539 pessoas abaixo da linha da pobreza, e no Rio de Janeiro, 3.686.548. Mas, apesar de serem as metrópoles com taxas mais altas de criminalidade violenta, não são as que têm maior proporção de pobres em relação ao número de habitantes. Tampouco foram as que mais cresceram com o fenômeno da urbanização nas duas últimas décadas, fato ainda mais verdadeiro para o Rio de Janeiro. A evolução da pobreza nesse período não apresenta a tendência apontada pelos que explicam o aumento da criminalidade apenas pelo aumento da miséria.

Prova disso é o baixo percentual de pobres entre os pobres que optam pela carreira criminosa, o qual foi estimado em menos de 1% em relação ao total da população de um bairro pobre pesquisado: 380 pessoas pertencentes às quadrilhas de traficantes e aproximadamente 1.200 pessoas envolvidas com roubos e furtos, numa população calculada entre 60 mil e 80 mil pessoas (Zaluar, 1994b). São muito poucos os jovens que estão no centro da desagregação provocada pela violência, mas essa desagregação se espalha como mancha de óleo pelo resto da sociedade e tem trazido um enorme sofrimento a toda a população dos principais centros urbanos do país.

Do mesmo modo, as incríveis taxas de mortes violentas observadas justamente nos estados mais produtivos e mais ricos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, continuam crescendo (Zaluar et al., 1994). Os últimos colocados foram os estados mais pobres e de povoamento mais antigo do país, justamente os que levavam a fama por estarem na região do país onde tradicionalmente os conflitos interpessoais se resolveriam à moda sertaneja e senhorial da violência costumeira (ver capítulo 5): Maranhão, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

Mas a culpabilização da pobreza tem outras conseqüências de ordem política para os pobres que não podem deixar de ser mencionadas. Quando a taxa de crimes, especialmente os acompanhados de violência contra outras pessoas, chega a um patamar muito elevado, o medo da população e a insegurança ameaçam a qualidade de vida conquistada a duras penas em décadas de desenvolvimento econômico e de rei-

vindicações sociais. As pessoas trancadas em casa, seja na favela, seja no bairro popular, seja no bairro classe média, deixam de se organizar, pouco participam das decisões locais que afetam suas vidas, pouco convivem entre si. Ao contrário, muitos se trancafiam, se armam e se preparam para enfrentar os próximos perigos como se estivessem numa guerra. Estranha guerra em que não há inimigos claros, e o assaltante pode vir a ser o filho do vizinho que rouba para pagar seus vícios, ou o policial corrompido que o extorque.

O resultado disso é um generalizado desrespeito às regras da convivência social, para não falar de regras fundamentais para a segurança de todos, como as do trânsito. Daí ter o país perdido em civilidade e aumentado continuamente o número de mortes e ferimentos em acidentes de transporte. Sem regras, toda e qualquer cooperação social, até mesmo num jogo infantil, é impossível (Dahrendorf, 1987).

Em São Paulo, vários estudos mostraram que as mudanças populacionais no espaço físico da cidade tiveram efeito na construção do medo entre os moradores dos bairros pobres e remediados. As pessoas falam não apenas dos criminosos que transgridem as leis, mas também que “a justiça não funciona, a polícia falha e desrespeita a lei” (Caldeira, 1992). Nos bairros de classe média, os moradores culpam os nordestinos que aí passaram a morar pela situação considerada insuportável e exigem políticos mais duros — “pulso forte”, “autoridade competente” — para restabelecer a ordem (Vargas, 1993).

Os efeitos mais evidentes dessa postura foram a modificação do aspecto das residências, que passaram a exibir muros altos, grades, fechaduras, alarmes e cadeados, mas principalmente o descrédito no trato com os estranhos e a descrença nos processos de participação democrática, além da eleição de um chefe do Executivo (municipal, estadual e federal) de “pulso”. A volta ao espaço doméstico, o retorno à família e à idealização da comunidade de semelhantes encolheram os horizontes sociais desses moradores de São Paulo, restringindo o seu mundo significativo e de confiança aos familiares mais próximos e alguns poucos amigos (Vargas, 1993). O ódio aos nordestinos parece ser, no entanto, um fato específico desses bairros que os diferencia de outros locais no que se refere à construção do medo e à conseqüente apatia social e política. Portanto, o problema nesses bairros não parece ser apenas um retorno à comunidade mais fechada, mas também um reforço da identidade racial e étnica que nega a convivência com os diferentes por conta do risco que isso implica.

No Rio de Janeiro, a posse de armas de fogo modernas e poderosas conferiu aos jovens envolvidos na guerra de quadrilhas um poderio que não só os levou a matarem-se mutuamente, como também abalou as bases de qualquer autoridade. Não só os políticos locais, os comerciantes e os policiais tornaram-se alvo de seu comportamento agressivo, como também os professores, os líderes locais e até o padre perderam autoridade diante de adultos e jovens que exibiam o poder do dinheiro e das armas (Guimarães, 1992; Paiva, 1992; Zaluvar, 1994b; Peppe, 1992). Mesmo os líderes experientes e politicamente ativos que trabalham em suas inúmeras associações vicinais, conhecidas por serem palco de muitas atividades, tais como as escolas de samba, os clubes de futebol, as associações de moradores (Zaluvar, 2002a), dizem-se hoje acuados e sem poder.

O crime organizado e a violência

Aqui, como em outros países, a cocaína não era novidade, pois costumava ser vendida livremente em farmácias para uso médico e social. Hoje, entretanto, o seu significado e o contexto social de seu uso estão muito mudados: associam-se a uma cultura de valorização do dinheiro, do poder, da violência e do consumismo. Seu comércio, como alhures, tornou-se uma enorme fonte de lucros altos e rápidos e de violência. A demanda que garante os altos lucros do empreendimento é decorrência de mudanças no estilo de vida e nas concepções do trabalho, do sofrimento e do futuro. Depois da II Guerra Mundial, o hedonismo colocou o prazer e o lazer à frente das preocupações humanas. O jogo, as drogas e a diversão tornaram-se o objetivo mais importante na vida para muitos setores da população, especialmente os mais jovens. O crime organizado desenvolveu-se nos atuais níveis porque tais práticas socialmente aceitáveis e valorizadas foram proibidas por força da lei, possibilitando níveis inigualáveis de lucros a quem se dispõe a negociar com esses bens. Os lucros não são gerados pela produtividade ou pela exploração maior do trabalho, mas pela própria ilegalidade do negócio.

A organização internacional é complexa, cambiante, móvel e dependente das armas para a resolução de conflitos comerciais, traições aos princípios e regras da organização ou questões pessoais. No seu segmento menor, mais desorganizado e mais superficial — o dos jovens encarregados da distribuição e entrega da droga ao consumidor —, o

culto viril às armas e à violenta exibição do poder é o aspecto principal da cultura organizacional.

O tráfico de drogas, organizado internacionalmente, mas localizado nas suas pontas nos bairros mais pobres das cidades, além de criar centros de conflito sangrento nessas vizinhanças pobres, além de corromper as instituições encarregadas de reprimi-lo, também reforçou a tendência a demonizar os usuários de drogas. Isso, por sua vez, facilitou o isolamento social do usuário, aumentou a sua dificuldade de conseguir tratamento médico para deixar a dependência da droga ou tratar os efeitos de seu uso indevido e o deixou nas mãos do traficante e do policial corrupto. Mas o tráfico não conseguiria realizar tantas façanhas sem o estímulo a ele fornecido pela política repressiva que criminaliza o usuário de drogas ilícitas e o leva a cometer outros crimes mais graves porque atingem os outros. Sobretudo nos bairros pobres, o tráfico tem tido efeitos trágicos na vida cotidiana.

A criminalização do uso de drogas faz do jovem usuário um virtual prisioneiro do traficante, seja nas dívidas contraídas na compra de drogas, que podem se acumular na proporção da intensidade do vício para o qual não recebe nenhum tratamento médico, seja pela constatação de que só pode se livrar do policial, da Justiça, da dívida com o traficante, dos inimigos reais e imaginários, aprofundando seus laços com a quadrilha e afundando cada vez mais na carreira criminoso.

As conseqüências da política repressiva contra os usuários de drogas no Brasil têm que ser analisadas no contexto de nossas tradições jurídicas e policiais, assim como de nossa cultura política. Se a criminalização do uso das drogas teve conseqüências desastrosas nos Estados Unidos, que possuem um sistema judiciário eficiente e uma polícia bem equipada e tecnicamente preparada, ambos com controles externos funcionando para limitar seus poderes, o efeito dela no Brasil foi ainda mais pernicioso.

Devido às nossas tradições inquisitoriais, a criminalização de certas substâncias, tais como a maconha e a cocaína, conferiu à polícia enorme poder. São os policiais que decidem quem irá ou não ser processado por mero uso ou tráfico, porque são eles os únicos que apresentam as provas e montam o processo. No primeiro caso, a pena é de seis meses a dois anos de prisão. No segundo, o crime é considerado hediondo, e a penalidade vai de três a 15 anos de prisão. Jovens pobres mestiços, brancos ou negros, quase todos do sexo masculino, são presos como trafi-

cantes por carregarem pequenas quantidades de maconha ou cocaína. Esse processo, como nos EUA, contribui para a superpopulação das penitenciárias e confere ainda mais descrédito às nossas instituições penais e à Justiça. Para mostrar sua eficiência, ou pressionados a provar que não fazem parte do esquema de corrupção, os policiais prendem simples usuários ou pequenos portadores ("aviões") ou pequenos traficantes de drogas. Mais tarde, se o processo for enviado finalmente para a Justiça, a sentença é dada muitas vezes com base na moralização da força de trabalho. Ou seja, se o jovem tiver um emprego regular, é mais provável que ele seja absolvido ou condenado por uso do que se ele for desempregado, favelado e pobre. Nesse caso, provavelmente será visto como um hediondo traficante.⁷ Estudo feito em São Paulo (Adorno, 1990) encontrou percentagens mais altas de condenações na Justiça Criminal entre autores de roubo, furto, tráfico de drogas e latrocínio do que entre autores de homicídios e lesões corporais.

No levantamento realizado pela equipe de pesquisa junto aos dois órgãos policiais que serviam o bairro estudado, onde funcionavam cinco bocas-de-fumo que movimentavam grande volume de dinheiro e de droga, as quantidades de maconha e cocaína apreendidas eram ridículas quando comparadas com o que era comercializado no local. Nem o Batalhão da Polícia Militar nem a Polícia Civil faziam uma distinção clara, com critérios racionais, entre o traficante e o usuário. As quantidades apreendidas não eram o fator diferenciador, pois se encontraram casos classificados como "posse e uso", com 1,860kg de maconha apreendidos, e casos classificados como "tráfico" com apenas 2g (Zaluar, 1994b).

Essa indeterminação, que está na lei, mas principalmente na prática policial, parece favorecer a inflação de poder da polícia, o que por sua vez inflaciona a corrupção. Finalmente, de acordo com o devido processo legal prevalecente no Brasil, oriundo de uma tradição de lei civil e não de *common law*, todas as evidências juntadas aos processos são fornecidas pela polícia. O juiz e os advogados são virtuais prisioneiros dessas provas apresentadas pela polícia e registradas no início do

⁷ Estudo recentemente publicado nos Estados Unidos demonstra que, apesar de o traficante estar sujeito a punições severas que têm um aspecto simbólico claro, os autores de outros delitos menos graves relacionados às drogas também sofrem com a severidade crescente das penas. Nesse processo, o tratamento diferencial nas cortes americanas devido à raça dos réus aumentou, prejudicando os negros, mais facilmente identificados com os traficantes perniciosos.

processo. Essas evidências incluem a quantidade de droga supostamente encontrada pelo policial e o seu testemunho da apreensão após uma busca pessoal. Conseqüentemente, o Judiciário na maioria das vezes apenas legitima uma decisão discriminatória pela qual os usuários pobres e os pequenos traficantes são desqualificados como criminosos.

Os dados que falam inequivocamente do aumento da taxa de homicídios nessas e em outras cidades do mundo, especialmente do continente americano, demonstram que a política repressiva não está produzindo os efeitos esperados de sustar o uso da droga e os crimes a ela associados. Tudo leva a crer, portanto, que a proibição aumenta a incidência desses crimes e não baixa consideravelmente o consumo (Carlini, 1993; Cotrim, 1991).

Do ponto de vista da segurança nacional, os resultados dessa política também têm sido pífios. Não só não se conseguiu interromper o uso do país como rota intermediária para os grandes carregamentos de drogas que saem para a Europa e os EUA, como também o Brasil se tornou um mercado atraente para os traficantes de drogas e mesmo de armas, cujo tráfico não tem merecido as mesmas medidas repressivas nem a investigação de seus canais de entradas ilegais no país. A avalanche de armas aqui entradas termina nas mãos de jovens que estão se exterminando mutuamente, com a ajuda da polícia.

Políticas públicas para combater o crime

A escola, nessa perspectiva, é um nexos fundamental no rompimento das cadeias viciadas que mergulharam o Rio de Janeiro numa crise de proporções impressionantes no cenário mundial. A qualidade do ensino deve assegurar um real aprendizado dos conteúdos escolares exigidos para a inserção nos exigentes mercados de trabalho atuais. Ao mesmo tempo é preciso implementar políticas compensatórias que venham ajudar as famílias abaixo da linha da pobreza, especialmente aquelas que tenham crianças e adolescentes em idade escolar. Caso se seguissem as sugestões do economista José Márcio Camargo, pagando meio salário mínimo por jovem que freqüente a escola, estar-se-ia de fato oferecendo ajuda sem os efeitos perniciosos de outras políticas do gênero, que criam dependência e passividade entre os receptores. Nesse caso, a ajuda exigiria uma contrapartida da família (matricular

o jovem e deixá-lo estudar) e também do jovem (comprometer-se a estudar).

Além disso, é urgente a formulação de uma política educacional com propostas claras quanto à sociabilidade que se deve ter numa sociedade menos desigual, onde os direitos de cidadania dos jovens estejam contemplados e onde a palavra venha a ser o meio de expressão e negociação dos conflitos. A construção de prédios é menos importante do que um projeto pedagógico que valorize o diálogo, os meios de negociação verbais do conflito em detrimento do uso da força bruta, projeto a ser implementado por professores capacitados e verdadeiramente comprometidos com ele.

Mas isso de nada adiantaria sem as necessárias mudanças no funcionamento de nossas instituições encarregadas de inibir o crime. É preciso ressaltar a discriminação básica do nosso sistema policial e jurídico, que só identifica como criminoso o delinqüente oriundo das classes populares e o trata com violência. A pobreza, então, deixa de ser a explicação para a criminalidade, afirmação comum entre cientistas sociais que só aumenta os preconceitos contra os pobres, e passa a ser a razão para rotular, com sucesso, o criminoso de bandido pobre. A perseguição aos usuários e pequenos traficantes (aviões ou mulas), além de se revelar inteiramente ineficaz para se chegar aos grandes responsáveis pelo tráfico de drogas e armas, pois a lei do silêncio impede que os processados falem o que sabem, seja para o policial na fase do inquérito, seja para os juízes na fase do processo. Essa perseguição apenas contribui para aumentar inutilmente a população carcerária e alimentar a revolta e o sentimento de injustiça entre os pobres. Novas técnicas de investigação mais adequadas para enfrentar esse novo tipo de criminalidade globalizada, organizada e empresarial, baseada que está nas operações de lavagem de dinheiro, deveriam substituir essa velha e inútil prática de deixar nas mãos de uma polícia violenta a repressão a usuários e sócios menores dos negócios da droga.

O nexos entre a democracia e as políticas públicas de segurança e justiça está, pois, na legalidade, que é também fator de ordem social. A garantia dos direitos civis dos habitantes, de um lado, e a limitação efetiva do arbítrio das agências governamentais, de outro, é que vão realizá-la (Paixão, 1988). Lei e moralidade da população deveriam ser reaproximadas, o que transfere a maior preocupação atual com crimes contra o patrimônio, tais como roubos e furtos, para os crimes contra a pessoa,

tais como seqüestros e mortes. A criminalização do uso de drogas, questão moral polêmica, precisa ser repensada, pois já está provado que a diminuição do uso é muito mais provável com políticas de prevenção, de educação e de saúde.

A polícia, como se sabe, tem tido uma atuação confusa, sem que se definam com clareza os princípios e também os limites da sua atuação. Muitas vezes, por força de sua política repressiva, o efeito dela é o oposto do desejado: termina freqüentemente na antipedagogia da corrupção e da violência arbitrária. Todos os jovens ouvidos na pesquisa apontaram as práticas usadas pelos policiais encarregados de ensinar-lhes a lei: tomar suas armas, se porventura as tivessem; tomar-lhes o produto do roubo; soltá-los na próxima esquina, se apanhados após terem recebido sua parte no butim. O policial que age assim é também um criminoso que permanece na invisibilidade das estatísticas oficiais. Vai deixar de sê-lo quando passar a ser denunciado perante um juiz ou posto de defesa do cidadão, órgão do Ministério Público, que deveria haver em qualquer bairro pobre (Zaluar, 1995a). Limitar os poderes dos policiais, únicos a apresentarem provas que vão constar dos processos, por exemplo, e aumentar os controles democráticos sobre essas instituições é meta que não pode mais ser adiada se quisermos romper os círculos viciosos aqui apontados.

Gênero e educação pública*

*Ainda garoto deixei de ir à escola,
Çaçaram meu boletim.
Não sou ladrão, eu não sou bom de bola
nem posso ouvir clarim...
Mas vou até o fim.*

Chico Buarque

O processo de escolarização dos segmentos mais pobres da população brasileira tem apresentado resultados insatisfatórios, a despeito dos esforços propalados pelos governos no tocante à ampliação da oferta de vagas e à construção de escolas públicas, nem sempre acompanhadas de projetos pedagógicos, mas sempre prometendo realizar com eficácia a universalização do direito à instrução. O *Relatório sobre desenvolvimento humano mundial* de 1996 (ONU/Ipea) assinala que, no Brasil, o índice de desenvolvimento humano (IDH) caiu de 0,804 em 1995 para 0,797 em 1996, tendo recuperado só recentemente a curva ascendente. A principal razão dessa queda na época foi atribuída à escolarização, que baixou de 0,78 para 0,76.⁸ Os resultados de pesquisa feita pela nossa equipe na Região Metropolitana do Rio de Janeiro podem contribuir para a compreensão desse desempenho negativo da educação nos anos 1990.

A idéia da educação como meio de erradicação da pobreza, assim como de antídoto contra a violência, atribui ao atendimento escolar uma

*Texto escrito em parceria com Maria Cristina Leal, publicado anteriormente na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Brasília: MEC-Inep, n. 188/189/190, p. 157-194, 1998) e revisto para este livro, excluindo trechos repetidos em outros textos aqui também reproduzidos.

⁸ *Folha de S. Paulo*, 18 jun. 1996. p. 1-8.

inquérito contra a violência e a impunidade na qual se identificaram 800 líderes comunitários⁸³ assassinados, expulsos ou cooptados pelos traficantes no Grande Rio entre 1992 e 2001. Metade deles (400) se associou aos bandidos; outros 300 tiveram que deixar as favelas onde moravam; e 100 foram assassinados por se negarem a obedecer às ordens dos traficantes.⁸⁴ Um líder comunitário não identificado afirmou que mais de 200 diretores de associações de moradores nas favelas foram executados por traficantes durante os anos 1990. A seu ver, os policiais foram negligentes nas investigações desses casos, e os promotores do Ministério Público deveriam fazer uma devassa nessas associações. Isso ainda não foi feito, mas ajudaria a diminuir a assustadora taxa de homicídios em que o autor não é identificado ou acusado, nem processado ou condenado.

Não é com bairrismos nem buscando bodes expiatórios que se vai conseguir dismantelar as redes e conexões escusas já estabelecidas, envolvendo negócios legais e ilegais, eleições e proteções, traficantes e políticos, policiais e bandidos. Enquanto esteve nas manchetes de jornal, o crime organizado só fez crescer e tornar-se cada vez mais ousado no Brasil. Está na hora de uma virada — nacional, integrada e estratégica — como ocorreu na Itália em 1979. Enquanto houver esperança e quem acredite em fazer as mudanças necessárias, podemos cantar com o nosso poeta: vai passar.

⁸³ Em 2000 havia 547 favelas na cidade do Rio de Janeiro. Nelas viviam cerca de 1 milhão de pessoas, de uma população total de 5.897.000 habitantes. Quase 100 favelas foram urbanizadas no Projeto Favela-Bairro.

⁸⁴ Depoimento do deputado Carlos Minc, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (*O Globo*, 20 jun. 2002).

Masculinidades, crises e violências*

*Malandro é palavra derrotista
que só serve para tirar
Todo o valor de um sambista.*
Noel Rosa

A masculinidade violenta no centro ou na periferia

Na segunda metade do século XX, os estudos de gênero se concentraram no gênero feminino e nas manifestações homossexuais dos dois gêneros, do ponto de vista de uma crítica ao patriarcalismo. Focalizaram a sexualidade, a divisão do trabalho e as relações de poder dos homens sobre as mulheres. No entanto, o aumento da violência e da criminalidade na virada do século levou vários autores a focalizar a chamada crise da masculinidade em suas versões alternativas, marginais ou criminosas, surgidas quando se desagregava a masculinidade dita tradicional, às vezes chamada de hegemônica (Cornwall e Lindisfarne, 1996). Sem abandonar aqueles focos, examinaram sobretudo a dominação violenta *entre* homens, e o tema ganhou lugar na academia.

Mas, para vincular a masculinidade à violência, enfrentam-se alguns problemas teóricos. Afinal, o modelo de masculinidade que está levando tantos jovens à violência será o da masculinidade hegemônica ou o da masculinidade subalterna, marginal ou alternativa? Sendo teo-

* Alguns trechos deste capítulo foram apresentados no seminário *Masculinidade hegemônica*, realizado no Instituto de Medicina Social da Uerj em 2001.

ricamente polêmica a associação entre poder e violência, visto que existe poder baseado no consentimento e na aceitação, e se o conceito de hegemonia remete ao poder independentemente aceito, a equação hegemonia/violência torna-se teoricamente insustentável. Se o poder é relacionado apenas com a masculinidade, como no modelo de sociedade patriarcal, dizer que a masculinidade é ou pode ser hegemônica torna-se redundante. Ou seja, a equação se sustentaria se a afirmação do poder nas sociedades humanas fosse sempre fruto de um agente masculino violento, o que negaria o próprio conceito de hegemonia. Se não, a equação se desmantela em dois conceitos separados: a masculinidade e o poder, termos independentes que guardam uma relação complexa cujas inúmeras mediações é necessário examinar.

Poder também é conceito com amplo campo semântico e tipologias, desde a weberiana diferença entre o poder tradicional, o burocrático e o carismático até o etos civilizado e o etos guerreiro de Norbert Elias (1993, 1997). Quando se fala que a masculinidade é poder, qual desses poderes tem-se em mente? Quando se qualifica a masculinidade como violenta é preciso saber como e quando ela surge. Pode ser fruto de uma construção marginal da masculinidade, como a hipermasculinidade, ou de uma construção do etos guerreiro que caracterizaria fases históricas de algumas sociedades. Além de problematizar a associação entre masculinidade, poder e violência, essa abordagem tem a virtude de tornar desnecessário o apelo aos conceitos de subcultura ou cultura da violência, vagos e portanto sujeitos a servir a preconceitos e discriminações por estarem vinculados a determinados grupos sociais ou etnias.

Há vantagens, porém, em dizer que a masculinidade hegemônica define a maneira bem-sucedida de “ser um homem” e que as outras são inadequadas ou inferiores (Cornwall e Lindisfarne, 1996), pois isso revela que a concepção de masculinidade não é “natural” nem “universal” nem “fixa”. Ao contrário da masculinidade tradicional, a hegemônica é interativa e convive com vários outros significados da masculinidade. Não pode ser confundida com a concepção holista de masculinidade tradicional, baseada na complementaridade de papéis sexuais separados. Além disso, não pode ser confundida com a heterossexual: há multiplicidade nas masculinidades da opção sexual majoritária. Mas para se dizer “esta é a masculinidade hegemônica” é preciso pesquisa empírica porque não se sabe exatamente quais são as concepções de mas-

culinidades existentes em cada setor da população e que percentuais de homens aderem a cada uma delas, visto haver mais de uma possibilidade de identificação.

Principalmente é preciso saber como, por quem e quando o gênero é construído socialmente, e como a identidade “sexual” vem a penetrar as mentes das pessoas a ponto de ser aceita como natural. Quando várias concepções coexistem na mesma unidade social, como acontece nas sociedades contemporâneas, é preciso saber em que níveis da ação e por meio de que agências — a mídia, as Forças Armadas ou as igrejas — se está defendendo este ou aquele significado do masculino. Ora, sempre foi complicado precisar os limites entre as sociedades, o que levou certos autores a questionar a própria idéia de uma unidade chamada cultura ou sociedade. Hoje, sobretudo, com Estados nacionais menos importantes e sociedades cada vez mais multiculturais, noções como sincretismo e hibridismo entraram em cena na descrição etnográfica de países desenvolvidos ou das chamadas democracias consolidadas.

Assim, falar em masculinidade hegemônica é ignorar onde e como a hegemonia se exerceria, bem como suas permanentes crises. Afinal, se essa masculinidade “hegemônica” ou “tradicional” — dois termos empregados na literatura como sinônimos mas que colidem teoricamente — não é uma nem consensual, onde e como surge a masculinidade violenta e quem a incorpora em suas ações cotidianas? Qual seria a sociologia dela?

Na virada do século XX, o diagnóstico da crise da masculinidade tradicional foi feito por autores como Faludi (1999), que falou da perda do poder e autoridade — na política, nos assuntos militares, religiosos, comunitários e domésticos — antes exercidos pelos homens. Estes então se orgulhavam de ganhar decentemente, poder sustentar suas famílias e defender suas comunidades. Apesar de todas as conseqüências nefastas, a dominação era contrabalançada pelo discurso de que os homens cuidavam, protegiam e defendiam suas comunidades familiares, religiosas e nacionais. *A posteriori*, referindo-se a tempos idos, Faludi descreve o mundo do patriarcado glorificando a dominação masculina ao sublinhar os valores positivos da fidelidade, da dedicação e do dever, que incluíam o cuidado, considerado por muitos autores uma função feminina: os homens cuidariam uns dos outros e da sociedade em geral. Nas últimas décadas, todos os campos da dominação e

do cuidado teriam desaparecido: não haveria mais empregos seguros, nem fronteiras a defender, nem sacrifícios pela comunidade ou nação. Nessa ruptura entre um tempo e outro, conclui-se que não teria havido desemprego nem sequer dificuldade de juntar-se e identificar-se aos exércitos nacionais para ir à guerra no passado. O quadro assim construído é de uma masculinidade, se não única, pelo menos pouco ameaçada pelo seu domínio sobre as demais.

Essa argumentação sobre a transformação do lugar do homem na sociedade tem servido para explicar o aumento contemporâneo na incidência de crimes violentos, de agressões graves no esporte entre os *hooligans* e de crimes sexuais, todos fenômenos associados à violência masculina. A tese da transformação histórica de uma concepção de masculinidade una e consensual não é, porém, nem única nem consensual entre os estudiosos do assunto. Há os que consideram as masculinidades inerentemente relacionais, construídas na interação com outras masculinidades e feminilidades, todas múltiplas e divergentes numa formação social pluralista. Há os que optam por uma abordagem totalizadora que quer marcar a concepção de masculinidade vigente numa sociedade num dado momento histórico. E há os que, como Norbert Elias, consideram a formação de etos contrastantes da masculinidade num contexto histórico e social mais amplo que inclui não apenas as relações de gênero, mas também a relação entre os segmentos da nação, dos cidadãos com o Estado em processo de adquirir o monopólio legítimo da violência, das nações entre si, bem como o papel e o lugar dos militares em cada uma delas. Nesse caso, o que importa não é tanto a dominação de classe ou a dinâmica centro-periferia na vida doméstica e no mundo do trabalho, mas o processo de constituição de uma formação social no tempo longo da história, processo que mobiliza várias agências e está sempre sujeito a tensões e retrocessos.

Na concepção pluralista, mas dentro da dinâmica centro-periferia nos Estados Unidos, aparece na literatura contemporânea a idéia de uma masculinidade "marginal" (Holland e Scourfield, 2000) remetendo a homens que se permitem uma "exibição espetacular de protesto masculino". Não se trata de uma cultura nacional, mas de uma das construções de masculinidade existentes numa sociedade nacional com um centro. Os marginais seriam os que não puderam construir a identidade masculina como os tradicionais operários: pelo trabalho, pela educação, pelas propriedades e pelo consumo de bens duráveis que o em-

prego no trabalho manual industrial teria permitido. Não consideram o desemprego ou o descolamento do heroísmo nacional como fenômenos apenas do presente. No contexto marginal, pelas suas ações exibicionistas de força física, tais homens tornaram-se ameaça para as vizinhanças em que vivem e as pessoas que os cercam. O Estado os teria estigmatizado por causa de seu comportamento conspícuo, rotulando-os de marginais ou criminosos. No entanto, eles assim seriam por causa da identidade de gênero construída por um outro ator importante na concepção de masculinidade idealizada: a mídia. Ao se dirigirem à mídia como o agente da externalização e da distribuição social (Hannerz, 1992) dessa identidade masculina como um produto cultural, os autores admitem a complexidade do fenômeno.

Ainda na esteira de uma cultura consensual e repetindo o refrão nostálgico dos tempos antigos, quando as empresas empregavam seus trabalhadores por toda a vida, Faludi (1999) aprofunda a reflexão sobre a importância dos meios de comunicação de massa na construção do modelo, introduzindo esse ator no raciocínio. A cultura midiática promove o modelo do macho norte-americano que domina o seu mundo porque celebra imagens de machos famosos e sexualmente atraentes. Nesse modelo, a masculinidade seria construída via mídia e estaria associada a dinheiro, capacidade agressiva, músculos bem delineados e jactância; enquanto teria tornado as mulheres norte-americanas infantis e triviais, exibindo as qualidades humilhantes de seres inteiramente frágeis que complementaríamos o papel do homem todo-poderoso. Ao mesmo tempo, a colisão do mundo real com tais imagens culturais do homem provocaria a violência, na medida em que ao homem, cada vez mais privado do domínio sobre um ofício, um emprego e um lar, restaria apenas a dominação crua. Meninos e homens não estariam simplesmente se recusando a abandonar o poder, apenas seriam instados culturalmente a dominar, quando não há mais nada a dominar. Tem-se então uma nova masculinidade violenta e dominadora que se torna central pela propagação de seus modelos via mídia. Resta saber se esse modelo atual do macho americano não deriva da posição de potência que domina o mundo e o polícia.

Abandonando a trilha dos estudos que se concentraram na organização social das cidades, criminólogos procuraram tentar entender as conexões entre certas construções de masculinidade e o crime, embora admitam que esse é um fenômeno complexo e interacional. Rejei-

taram o uso de simples determinantes da ação, tais como as drogas e o álcool, que não levam em conta a construção da masculinidade todo-poderosa do autor da ação criminosa. Relatos causais justamente desprezam o homem como agente, como autor da ação. Mas esses criminólogos dividiram-se entre os que adotaram o discurso tradicional do homem dominador-herói (do modelo consensual ou dominante) e os que consideraram a multiplicidade das masculinidades disponíveis para a identificação (no modelo pluralista). Na crítica ao determinismo das drogas, por exemplo, o discurso tradicional da masculinidade diz que tais substâncias apenas retiram as censuras e deixam aparecer o homem que sempre esteve lá: os homens têm mais agressividade, mais impulso sexual, e são assim desde sempre. Além de concentrar-se na visão masculina eternizada e naturalizada do ato criminoso, esse discurso também focaliza a pessoa do criminoso porque aceita as suas explicações para o crime cometido. Como o naturaliza, reforça o comportamento abusivo e não pretende desconstruir essa masculinidade.

Se antes essa determinação estava na divisão espacial das cidades, que criava zonas morais,⁸⁵ e na pobreza, que criava a frustração por sua vez parteira das gangues criminais, agora a própria identidade masculina nos Estados Unidos seria a explicação última. Para a violência fora da família, ou seja, das gangues, a masculinidade tradicional das ditas "culturas-macho" foi chamada à cena teórica por estimular o aparecimento da personalidade do tipo individualismo desafiador, porém associada aos bairros pobres de várias etnias (Jankowski, 1991). No entanto, em muitas voltas e atalhos, vários autores terminaram falando no gueto negro das cidades, ou melhor, nos homens e nas relações entre os gêneros ali estabelecidas.

As masculinidades e seus excessos violentos

Na contracorrente da visão tradicional e naturalizada, outros autores da linha da psicologia social argumentaram com a noção de *hipermasculinidade*, a "constelação de personalidade" com um conjunto de traços relativos à agressão sexual: atitudes sexuais cruéis para com as mulheres, uso de bebidas alcoólicas, agressividade, dominação e perigo

⁸⁵ Ver caps. 9 e 10.

valorizados como "coisas de homem". Por isso mesmo a hipermasculinidade teria correlação negativa com traços tipicamente femininos, como a compreensão e a criação de crianças. Como inibiria a expressão de características femininas, por considerá-las fracas e inadequadas para "homens verdadeiros", traria como consequência a incapacidade para expressar empatia com a vítima potencial de sua agressividade sexual (Norris et al., 1999). A hipermasculinidade seria uma construção psicossocial interativa e conjuntural.

Outra argumentação, mais sociológica, dirige o foco para as novas condições do trabalho no mundo transformado da produção e dos serviços ao qual todos se referem. E os diagnósticos estão longe do consenso. Para sobreviver nele, os homens teriam que mudar, não para a dominação, mas para a competência equivalente como trabalhadores, pais e maridos. MacDowell (2000) afirma que as mulheres entraram no mercado de trabalho, mas continuaram ganhando menos, igualmente submetidas à precariedade do emprego na globalização. Assim, a guerra entre os sexos não teria sentido, pois o problema para os homens é também o problema para as mulheres: a luta é de classe, não de gênero. Do ponto de vista prático, segundo esses autores, a postura feminista não tem eficácia por tornar os homens defensivos, e há necessidade de uma política pragmática, quando homens falam a homens apresentando alternativas à construção da masculinidade violenta.

Do ponto de vista teórico, o problema dessa abordagem é o foco exclusivo nas relações entre os gêneros. As teorias que ressaltam a nova posição da mulher no mercado de trabalho ou as novas condições no mundo doméstico e do trabalho para explicar o aumento da violência nos Estados Unidos não respondem a várias perguntas. A primeira diz respeito ao fato de que outras explosões de violência ocorreram anteriormente, quando as mulheres tinham posição subalterna e participavam pouco do mercado de trabalho ou mesmo viviam as condições tradicionais junto a homens provedores. A segunda, baseada na comparação com outros países, exige explicação para a brutal diferença na taxa de homicídios e outros crimes violentos entre os países europeus e os Estados Unidos no mesmo período histórico.⁸⁶

Ao contrário das muitas teorias formuladas desde o início do século XX para explicar a existência das gangues e suas atividades crimino-

⁸⁶ Ver caps. 9, 10 e 14.

sas e violentas, a literatura do final do século concentra-se na masculinidade *per se*. Poucas são as etnografias que narram o contexto social mais amplo no qual surgiria a masculinidade violenta. Nas que tratam do “respeito”, usado como sinônimo de honra, entre os latinos (Bourgeois, 1996) ou dos efeitos dos benefícios do *welfare*⁸⁷ sobre as relações homem-mulher nos guetos negros (MacDowell, 2000; Raphael, 2000; Norris et al., 1999; Hutchinson, 1999), a vinculação com a pobreza é posta fora de dúvida.

O quadro reconstituído do novo gueto negro, após as conquistas dos direitos civis e o avanço dos homens de cor a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos, também não é consensual. O paradoxo daquela década, quando o movimento dos direitos civis consegue pôr fim à segregação em escolas e locais públicos, mas também tem início a epidemia do uso de heroína, nem sempre é enfrentado como desafio para a explicação sociológica. Mas quase todos os autores se referem a um processo de declínio de padrões morais no gueto, com a mulher vivendo de *social welfare* sem ter marido doente ou inválido ou morto. O aumento do número de crianças e jovens negros não explicaria por si só o fato de 50% dos crimes violentos nos Estados Unidos serem cometidos por homens negros. Essas crianças e jovens teriam crescido sem receber a devida socialização de pais (mais provavelmente de mães) sobrecarregados, incompetentes como socializadores porque insociáveis eles mesmos. Como prova disso, estatísticas impressionantes são apresentadas: 83% das crianças assassinadas em Chicago foram criadas por mães solteiras adolescentes; 70% das 135 crianças (com nove anos ou menos) acusadas em Mineápolis de cometerem crimes violentos vinham de famílias chefiadas por mulheres, ou seja, famílias mais pobres e vivendo em vizinhanças desorganizadas.

Embora sejam 14% da população, as famílias negras *underclass*, que cresceram 25% em 1965, têm hoje o mesmo percentual de famílias incompletas que os majoritários brancos. Embora a taxa de gravidez na adolescência tenha caído de 90 por mil mulheres em 1960 para 60 em 1990, a do nascimento de filhos fora do casamento subiu de 15% para

⁸⁷ A política de bem-estar nos Estados Unidos é muito restrita. Resume-se ao programa AFDC (ajuda a famílias com crianças dependentes), usualmente destinado a mulheres chefes de família que vivem em guetos negros, e ao Social Security (seguro de saúde para idosos e aposentados que para tanto contribuíram durante toda a sua vida de trabalho).

87% no mesmo período (Gilbert, 1995). Isso quer dizer que mais mães adolescentes são responsáveis, sem ter a competência necessária, pela criação de seus filhos. São elas a grande maioria das mulheres atendidas no AFDC. Muitos autores consideram o programa de ajuda às mães um estímulo à paternidade irresponsável e ao divórcio, mas as estatísticas não comprovam isso, pois um pequeno efeito só se nota quando o benefício é grande (Jencks, 1993). Mesmo depois que os benefícios diminuíram muito, o número de mulheres que criavam sozinhas os seus filhos continuou a aumentar. Portanto, não se pode deixar de considerar a construção da hipermasculinidade nesse quadro. Os poucos autores que fazem associação entre maternidade incompetente (*incompetent parenting*) e desmoralização do gueto sublinham a paternidade irresponsável, mas não a vinculam a certa concepção de masculinidade nem a relacionam com o crescimento da violência entre os jovens das famílias subclasse.

Como a maioria dessas famílias é negra, as estatísticas a respeito dos jovens negros também impressionam. Os jovens negros entre 14 e 24 anos são autores e vítimas de homicídios 10 vezes mais do que os jovens brancos. Mas tanto uns quanto outros viriam majoritariamente de família conflituada, com orientação parental inadequada e sem recursos diversos. Além disso, se os jovens negros têm seis vezes mais probabilidade do que os jovens brancos de cometer algum crime violento, dois terços de todos esses crimes são cometidos por jovens problemáticos das duas “raças” (Jencks, 1993). E a diferença de taxas de crimes entre elas se deveria ao fato de que a desagregação familiar e a socialização inadequada das crianças haviam começado, entre os negros, 30 anos antes, na década de 1960, a década das conquistas dos direitos civis e do fim da segregação, mas também a da primeira grande epidemia de uso e tráfico de drogas ilegais: a heroína destruiu muitos negros, inclusive grandes músicos de *jazz*.⁸⁸

Entretanto, há muitos estudos que apontam o grupo de pares como o principal preditivo de delinquência entre homens jovens, especialmente dos crimes violentos mais graves e do hábito de portar armas (Myers et al., 1997). A família poderia influir direta ou indiretamente, mas é a rede de relações do jovem com outros de sua idade ou mais velhos que aparece como fator mais importante para se entender o seu comportamento. Os que portam armas representam 20% da amostra de adoles-

⁸⁸ Essas histórias estão na coleção do GNT apresentada em 2002: *Jazz*, filme de Ken Burns.

centes negros entre 12 e 15 anos entrevistados. Esses jovens afirmam, numa proporção 19 vezes maior que a dos demais, que têm colegas que também portam armas de fogo. Essa abordagem via rede social explora igualmente a perspectiva de uma epidemia da violência, do uso de drogas e de armas pelo contágio social,⁸⁹ pela imitação e pela pressão do grupo ao qual o jovem quer pertencer. Os pais que não prestam atenção na companhia dos filhos são pais inadequados. As políticas públicas que juntam jovens que já praticaram atos delinquentes estão destinadas ao fracasso por facilitar essa dinâmica do contágio de idéias e comportamentos. E o gueto, evidentemente, seria o local propício para a sua propagação por isolar uma população quase 100% negra que apresenta um alto percentual de famílias com “paternidade falha”.

Outros autores, mais identificados com o seu objeto de estudo, apresentam a justificativa dos próprios jovens para as ações violentas, os crimes e a guerra de gangues: a busca do respeito (Bourgois, 1996). Essa busca se dá no contexto da exclusão estrutural da sociedade contemporânea vivida pelos jovens pobres nos guetos. A teoria do rótulo, tão importante nos anos 1960, é retomada como efeito da exclusão em forma de estigmatização, medo e segregação. Faz-se também menção a outro fenômeno ainda pouco focalizado: o uso e o tráfico de drogas ilegais. Essa economia subterrânea consegue a adesão dos jovens para “complementar” a ajuda insuficiente da *social welfare* e o salário de um trabalho que exige “tomar o metrô”, argumento similar ao dos que, no Brasil, denunciam o baixo salário como responsável pela entrada no tráfico. Os milhões de dólares dos negócios na rua tornaram-se “a estratégia masculina mais visível publicamente” ou uma “alternativa para a dignidade pessoal autônoma”. Disso resultou uma cultura de rua — “trama complexa de crenças, símbolos, modos de interação, valores” —, de criatividade explosiva e desafiadora, como resposta à exclusão social. Mesmo assim, não nega o estilo de vida baseado na violência, no uso abusivo de drogas e na raiva internalizada,⁹⁰ o

⁸⁹ Os dados são indiscutíveis: em Los Angeles, em 1980, registraram-se 351 homicídios de jovens ligados a gangues; de 1985 até 1989, foram 1.500 homicídios do mesmo tipo a cada ano. Os homicídios cometidos por membros de gangue são três vezes mais frequentes do que os cometidos por não-membros. Os homicídios envolvendo pessoas do mesmo sexo ocorrem sobretudo entre homens: 91%, como no Brasil.

⁹⁰ A raiva é o tema dos estudos sobre as *galères* de jovens árabes na periferia de Paris. Os argumentos se concentram na exclusão da sociedade e no acúmulo de frustrações e discriminações (Dubet, 1987; Gendrot, 1994; Lagrange, 1995; Wieviorka, 1997).

qual assume papel ativo na degradação pessoal e na ruína da comunidade. Sempre há uma atmosfera de conflitos prestes a explodir, resultado da tensão de viver nas margens ou negar a vulnerabilidade com reações defensivas, ao mesmo tempo aterrorizadas e aterrorizantes. Mas nessa interpretação da masculinidade violenta não há aprofundamento nem crítica do etos correspondente.

Por fim, mais uma dimensão é focalizada em alguns estudos: a nova cultura de rua nas suas manifestações através da música e do estilo de vestir, evidenciando a interação entre os *rappers* e traficantes e as mulheres. Estudo sobre um clube noturno freqüentado pela geração *hiphop*, por exemplo, afirma que a categorização dos homens feita pelas mulheres obedecia a vários critérios, mas havia uma hierarquia encabeçada pelos traficantes, que dividiam entre eles o espaço interno do clube. Os traficantes de drogas estavam no topo e eram classificados pela quantidade de dinheiro que gastavam no clube. Os *rappers* que já haviam gravado álbum eram os segundos na hierarquia, seguidos pelos repassadores que trabalhavam para os traficantes, vindo por último os fregueses assíduos, homens que não pertenciam às outras categorias por terem emprego estável. As mulheres, claro, manifestaram o desejo de sair com os homens do topo da hierarquia, ou seja, com os traficantes e seus amigos *rappers*, razão apresentada pelos homens para seguir a carreira de traficante, apesar das conseqüências nefastas (Hutchinson, 1999). Embora haja outras diferenciações entre os homens quanto ao seu potencial como maridos ou parceiros sexuais, não há dúvida de que ter dinheiro e gastá-lo é fundamental para a valorização deles. Esse modelo de masculinidade poderia ser considerado hegemônico naquele grupo social, mas não se sabe quem o construiu e o tornou predominante.

Do ponto de vista masculino, as mulheres são como testemunhos sexuais da masculinidade de um homem, por isso não basta a conquista, é preciso falar dela. Como troféus da masculinidade, elas são, mais que objetos de desejo, a prova material do desempenho sexual que culmina com a gravidez (Brooks, 1995). Anderson (1990), também se valendo da crise de desemprego entre os jovens negros, argumenta que, por não dispor da marca usual na transição para a vida adulta de um homem, o rapaz, em seu grupo de pares, sublinha o desempenho sexual para provar a masculinidade cuja prova final é um bebê. Muitos autores relacionam esse comportamento com a existência de pagamentos de *welfare* às mães solteiras, ou seja, seria uma manifestação cultu-

ral da pobreza urbana. Nos Estados Unidos, as mulheres negras pobres usariam o laço homem-mulher para conseguir companhia, *status* social e segurança econômica. Mas o declínio do emprego no setor industrial teria reduzido as possibilidades no mercado de trabalho para jovens negros sem alta escolaridade, transformando-os em homens menos atraentes como maridos, mas possíveis parceiros sexuais de ocasião. Nessa interpretação, como em todas as que sublinham as transformações no mundo do trabalho, é a sociologia da *underclass*, ainda vinculada à da classe social, que encaminha a explicação.

Entretanto, não é apenas isso. Estão em jogo outros valores culturais, mais próximos do conceito de estilo e de uma sociologia da juventude. Os jovens em questão são da geração *hip hop*, “a geração que se preocupa com o prazer e o divertimento e que não tem receio de afirmá-lo”. Durante o movimento *hippie*, as pessoas falavam de amor livre, discutindo-o em termos políticos e libertários. Hoje os jovens estariam vivendo a liberdade sexual sem a retórica política dos anos 1960. Surge outra dimensão: a da política cultural e da globalização da cultura, acompanhadas do debate sobre a cultura da diáspora africana e suas marcas raciais americanas.

Tricia Rose (1994), estudiosa da nova política cultural dos negros nos Estados Unidos, argumenta que o *hip hop* surge num momento de grande crise social no gueto negro, onde a violência já havia se espalhado. Por isso, as turmas do *hip hop* forneciam laços quase familiares, eram parecidas com as gangues sem ser gangues e possibilitavam viver conflitos sem trocar socos ou tiros, mas palavras, arte, dança e músicas. A crise do jovem negro, segundo as teorias já mencionadas, seria decorrente da desindustrialização, da alienação social, da imaginação profética e da carência que se entrecruzam. E o *hip hop* teria por objetivo criar o espaço cultural próprio do negro americano, incorporando muito da cultura afro-americana, como a tradição oral de contar histórias, a bravata, a jactância ou o insulto ritual (*playing the dozens*), em que os oradores testam sua força verbal para ver quem se gaba mais (Stapleton, 1998).⁹¹ Conscientizaria assim o jovem negro do seu cotidiano, assim como nas décadas anteriores a música *soul*, o *blues* e a música de igreja

⁹¹ Como veremos a seguir, é duvidoso que o desafio oral seja africano, mas certamente não é americano, pois suas manifestações estão na península Ibérica e em países árabes (Cascudo, 1984).

foram manifestações de protesto e do desejo de emancipação. O *gangsta rap* contém acusações contra a polícia e o governo, assim como a maneira de viver dos gângsteres. Como a violência entre jovens negros é a principal causa de suas mortes desde 1969, não é errado os *rappers* refletirem isso em suas músicas, apenas relatando a realidade. Por fim, o discurso de protesto e confronto não estaria limitado pela geografia: a nação é afrocêntrica, a nação criada pela diáspora africana (Rose, 1994; Stapleton, 1998). Desse modo, Rose adere à velha teoria de que a arte é o espelho da realidade, o que torna mais difícil compatibilizá-la com o pretendido protesto e a transformação. Ignora que a socialização também passa pela produção cultural, ou seja, o *gangsta rap* de fato ajudaria a socializar os jovens negros e brancos no etos da masculinidade violenta na medida em que o apresenta como natural e inevitável.

Acima de tudo, esse movimento cultural dos negros americanos criou um mercado mundial multimilionário⁹² em que as mensagens se tornaram contraditórias e ambivalentes. As acusações internas e externas ao movimento tornaram-se graves: incitar a violência entre os jovens negros, romantizar o gângster estilo máfia e vestir-se como ele, como os *rappers* Tupak Shakur, Notorious Big, Foxy Brown e JayZ, os dois primeiros assassinados por causa da guerra entre as gangues das costas Leste e Oeste dos Estados Unidos. Todos esses *rappers* recitam um mundo de materialismo e crimes, falando de canetas e jóias de ouro, diamantes, caviar, cocaína e sexo.

Não foram apenas os brancos de direita que criticaram os *rappers* por adotarem em seu estilo a cultura da rua do gueto em crise de sociabilidade positiva, controles morais informais e emprego. Ativistas do

⁹² “Como uma espiral de fazer dinheiro, o *rap* continua a gerar milhões de dólares de lucro: em 1990, US\$600 milhões, em 1991, US\$700 milhões. Em 1996, gerou mais de US\$800 milhões de renda, uma proporção significativa da renda bruta da indústria fonográfica, que chegou a US\$12 bilhões naquele ano. Em 1992, a Recording Industry Association of America (RIAA) registrou 11 álbuns de *rap* que alcançaram a marca da platina, vendendo mais de um milhão de unidades. Vinte e três conseguiram o ouro, com vendas superiores a 500 mil unidades. Levantamento de 1992 descobriu que 74% do *rap* vendido nos primeiros seis meses daquele ano foram comprados por brancos (Phillips 1992). *Hip hop* e *R&B* estão-se tornando a música popular dominante, enquanto o *rock* descansa. Juntos eles constituem a categoria ‘música urbana’, um eufemismo da indústria para a música negra. Estatísticas da Soundscan (sistema implementado em 1991 que rastreia as vendas registradas nas tabelas semanais da *Billboard*) divulgadas em 1997 mostram que os números das vendas foram os maiores até então para o *rap* e *R&B*. O *rap* vendeu 62 milhões de unidades” (Basu e Werbner, 2001). Esses dados não incluem o mercado externo da cultura globalizada e dominada pela produção dos EUA.

movimento negro, feministas e outros músicos, como os grupos The Roots, De La Soul e Tribe called Quest, criticaram em música e poesia os novos-ricos do *hip hop*, seu hiperconsumismo, seu materialismo selvagem e a destruição que os acompanha na poesia e na vida (Ogbar, 1999). Os membros do De La Soul declararam com desgosto, em 1996, que estavam “cansados de óculos Versace e de roupas de marcas usadas por *rappers* doentes, de cuca fundida, com seus *raps* mais do que doentes”.

Outros *rappers*, segundo seus críticos, teriam feito confusão entre a responsabilidade social do protesto e a glorificação da patologia. Por exemplo, o cantor Ice Cube, de Los Angeles, denuncia a violência policial da cidade, mas prega a desconfiança em relação às mulheres e o não-reconhecimento dos filhos que resultam de relações instáveis, reforçando assim a violência contra elas.

Desrespeito e sexismo são as críticas das mulheres negras aos *rappers*. Elas se perguntam se as músicas que retratam a mulher negra como cadelas e relatam cruamente o ato sexual e a venda de drogas não estariam influenciando mal os jovens negros; se a violência, o sexismo e a sexualidade excessiva não estariam associados ao gênero masculino; se o *hip hop* não teria se tornado demasiado violento, sexual e materialista.

A idéia de que o *hip hop* é do gueto negro para o gueto negro contradiz o fato de que ele é tocado nas universidades e nos lares brancos e vendido em anúncios de vários produtos, como refrigerantes, bebidas alcoólicas, sapatos e roupas. A conclusão de seus críticos é que o *hip hop* também entrou no “sistema” e se corrompeu com o dinheiro; deixou de ser música de protesto⁹³ e agora defende a ética do traficante, a jactância das proezas sexuais, as rixas sangrentas entre as gangues dos EUA. Jovens negros e brancos atraídos pela transgressão preferem os videocliques com mais armas, sexo e violência (Stapleton, 1998), nos quais predominam representações ambivalentes sobre a vida. Ice Cube, por exemplo, dividiu um de seus discos em lado da vida e lado da morte, sendo este uma epítome do tráfico de drogas, da violência entre as gangues, da misoginia e de todo tipo de comportamento destrutivo. O próprio Ice Cube fez de sua vida uma contradição: sua *persona* artística é a de um morador do gueto negro, sexista, materialista e de visão estreita como os demais negros, mas na vida real é casado, tem três filhos e vive num bairro branco de classe alta (Ogbar, 1999).

⁹³ Mas a música pode ser a base para uma ação política pragmática: por exemplo, o Stop the Violence, o Heal e o Rap for Vote.

Os processos e retrocessos do etos civilizado

Na Grã-Bretanha, a reflexão sociológica sobre a violência não se concentrou no declínio do casamento ou nas relações conflituosas entre o homem e a mulher, marcadas pela etnia e a pobreza. As atenções se voltaram para os *hooligans*, jovens e fanáticos torcedores de futebol que brigam antes, durante e depois dos jogos nos estádios e que ganharam um grande espaço na mídia europeia, tornando-se motivo de vergonha nacional para os britânicos. Nesses estudos, o foco é relacional, e o conceito básico é o de configuração que engloba muitos elementos em complexa interação.

Segundo Norbert Elias, os esportes ingleses tiveram grande importância no secular processo civilizatório por se tornarem uma representação simbólica da competição não-violenta e não-militar entre homens, facções e até mesmo nações. As regras do jogo impedem que algum disputante seja gravemente ferido ou morto, como acontecia nos jogos medievais e da Antiguidade clássica. No jogo parlamentar, as partes em disputa passam igualmente a confiar em que não serão mortas ou exiladas uma pela outra, caso percam o jogo. Tal processo, verificado sobretudo na Inglaterra, seria marcado por tensões permanentes entre dois orgulhos masculinos. De um lado, a vontade de afirmar a liberdade, ou o poder de cada um a despeito da liberdade alheia, pelo uso da força física ou dos instrumentos que são prolongamentos do corpo — as armas —, o que seria próprio do etos guerreiro. De outro, o orgulho adquirido pelo autocontrole na aceitação das regras acordadas e do direito alheio à liberdade, à vida e à palavra, usada como instrumento próprio da sociedade domesticada ou do etos civilizado. Em qualquer relação agonística entre competidores que se enfrentam em disputas acirradas, as emoções são conflituosas, mas a socialização impõe restrições à liberdade, tanto no uso da força física quanto de armas, ou seja, faz respeitar o contendor. Como a tensão permanece, é um processo que se estende por milênios na história da humanidade e que está sempre sujeito a retrocessos. O processo multissecular de pacificação, que leva à economia psíquica do indivíduo em torno de uma nova sensibilidade que abomina a repressão demasiado musculosa, pode retroceder diante de um erro na repressão. As sociedades democráticas procuram respeitar o estado de paz e liberdade garantidas, mas evitam a violência ou repressão desordenadas, que podem abalar os fundamentos políti-

cos do regime parlamentar e destruir o autocontrole conquistado pelos seus cidadãos (Elias, 1997).

Mas por que o retrocesso se deu justo no campo do esporte e na Inglaterra? O etos civilizado, na visão eurocêntrica de Elias, não teria atingido na mesma intensidade todas as sociedades, tampouco todas as pessoas, classes sociais ou gêneros, o que nos permite distinguir as sociedades nacionais que adotaram a democracia liberal. Na sociedade pacificada, as mudanças nas características pessoais de cada cidadão — o autocontrole das emoções e da violência física — consolidaram o etos civilizado. Ainda segundo Elias, a penetração da violência nas subjetividades seria mais profunda nos Estados nacionais em que o monopólio legítimo da violência não estivesse assegurado e, portanto, onde as formações subjetivas não demonstrassem autocontrole. Mas outros mecanismos seriam importantes para consolidá-lo. Nas sociedades nacionais onde os laços segmentais (familiares, étnicos ou locais) são mais fortes, o orgulho e o sentimento de adesão ao grupo diminuem a pressão social pelo controle das emoções e da violência física, resultando em fraco sentimento de culpa no uso aberto da violência nos conflitos. Essas formações existem em vizinhanças pobres, mas também na própria organização espacial das cidades, que confunde etnia e bairro, raça e território, e aposta nas fronteiras bem demarcadas entre eles, criando claras divisões.

Porém, escapou a Elias que as sociedades tribais e outras não-ocidentais desenvolveram recursos para conter a violência interna, para assegurar a convivialidade e a negociação por meio de regras e palavras. Nessa evolução em que o papel do mediador e as regras convenionadas passaram a ocupar um lugar cada vez maior, a dinâmica do jogo seguiu pressupondo ao mesmo tempo a tensão e a cooperação, a solidariedade local e o interesse pela luta continuada. O esporte e outros jogos instituídos desde a Inglaterra só foram eficazes porque a tensão — o *agon* dos gregos — manteve-se, permitindo a expressão de emoções conflituosas, assim como a busca da glória individual e coletiva.

Não é outra a tensão constitutiva da reciprocidade, base da sociabilidade humana, que inclui tanto o bem doado por generosidade quanto a competição com o rival presenteado em circuitos simétricos e assimétricos da troca. A reciprocidade não se restringiu, como sugeriu o próprio Marcel Mauss (1974), às sociedades ditas tribais ou primitivas, nem teve unicamente o caráter positivo da generosidade. A mesma

idéia de tensão permanente está presente na discussão sobre a dádiva. Para ele, a dádiva, uma das formas de reciprocidade presentes nas sociedades arcaicas e nas atuais, se caracterizaria pela ambigüidade entre a obrigação de retribuir e a liberdade, o interesse e o desinteresse, a rivalidade e a gratuidade. Por isso fala da obrigação livre e da liberdade obrigatória. A dádiva não tem o mesmo estatuto teórico do contrato entre indivíduos livres e iguais e não pode ser entendida como uma reedição das idéias de Hobbes sobre o estado da natureza. A dádiva é racional e irracional, constrói a sociabilidade na manutenção da rivalidade e na destruição de riquezas. A dádiva é também um recurso do poder, usado em rituais de exibição de *status*, garantindo ao doador uma posição de prestígio e poder, ou seja, não é puro desinteresse nem absoluta prodigalidade, mas seu caráter interessado é muito mais simbólico do que material.

O processo civilizador dos jogos de sociabilidade, portanto, não ocorreu apenas nas sociedades ocidentais. O corolário disso é o conceito de cultura da honra para explicar os excessos violentos entre “latinos” nos Estados Unidos, o qual reifica uma entre várias concepções de culturas “latinas”, tratando-a como a única ou dominante. Os textos produzidos naquele país a respeito das tais culturas de fato não se referem à honra, mas ao reconhecimento, à dignidade e ao orgulho. Pouco têm a ver com a honra no sentido mediterrâneo: a que advém da pureza e da integridade moral das mulheres do grupo familiar. Trata-se de uma relação entre homens que, em processo de escalada, de desafios e de combates, estão sempre tendo que provar a sua capacidade de reagir às provocações e afrontas que surgem nas interações competitivas e conflituosas nas localidades chamadas “guetos negros” ou “guetos latinos”. O interessante nos estudos feitos na Inglaterra é que tratam de jovens ingleses brancos e de origem operária, o que exige uma interpretação não-culturalista e sem apelos a teorias raciais.

A perspectiva sociológica tenta entender quais são os mecanismos sociais e em que estratos sociais seriam encontrados tais protagonistas da violência no esporte hoje. Contudo, a explicação tem a mesma fonte que os norte-americanos: as transformações no mundo da produção na pós-modernidade teriam abalado o *status* do jovem branco de origem operária na sociedade. Segundo a sociologia das classes sociais, o *hooliganism* seria o efeito combinado de fraturas nos laços de família e de vizinhança da classe operária que passou a viver em *housing estates*,

que tem vínculos precários de emprego ou que vive do *social welfare*. Essa nova classe tem pouca mobilidade geográfica, famílias matrifocais com acentuada segregação de papéis sexuais, muito mais presente onde a dominação masculina é mais clara. Na sociologia da classe social, adicionou-se a teoria da vinculação segmentada ou segmentação ordenada (idade, sexo, unidades territoriais e étnicas) que iria explicar o modelo da masculinidade agressiva. Na segmentação ordenada, blocos independentes entre si combinam-se em oposição e conflito, sem coordenação central, o que possibilitaria a eclosão de conflitos violentos na ausência de instituições de negociação e de mediadores. Mais uma vez, a organização desses segmentos não pode ser esquecida. Muito mais do que a existência de segmentos, o que importa é como esses segmentos se relacionam entre si.

Segundo a sociologia da juventude, os *hooligans* viriam dos grupos sociais onde existe pouca supervisão adulta de crianças e, conseqüentemente, uma socialização falha que redundaria na falta de controle emocional em virtude da ausência de uma instância superior ou autoridade. Por isso, entre eles, não se gera a repugnância à violência física (Elias e Dunning, 1993). Explicando melhor, devido a essa ausência de supervisão adulta de crianças e jovens, as solidariedades internas de grupos de pares, ou *peer groups*, são muito mais fortes, o que faz com que se desenvolvam entre eles as formas de competição e de afirmação da masculinidade que se valem de meios violentos. As primeiras referências da sociologia da juventude são os estudos sobre as gangues nos Estados Unidos no início do século, focalizando um setor da população caracterizado pela idade. Ela voltou a estar em voga nas décadas de 1960 e 70, justamente para explicar, nos Estados Unidos, o ressurgimento da violência entre as gangues que sempre caracterizaram a história das cidades norte-americanas desde o início do século. Hoje, embora a sociologia da juventude tenha perdido a importância que teve naquelas décadas, retorna-se a ela através das teorias da vinculação segmentária ou segmentação ordenada que justamente pensam essa relação entre várias categorizações de idade, de sexo e de unidades territoriais e étnicas, que por sua vez iriam explicar a masculinidade agressiva.

Uma via menos explorada na sociologia inglesa não é nem a da classe social nem a da juventude, mas a da relação entre os gêneros, que complementaria as anteriores. A formação de blocos ou segmentos em torno da idade, das unidades territoriais e da solidariedade étni-

ca estaria acompanhada de uma segregação muito clara de papéis de gênero (ou sexuais), o que por sua vez produziria altos índices de violência contra as mulheres. Onde o equilíbrio entre homens e mulheres é menor — e isso se verifica naqueles setores da população mais afetados pela precariedade do emprego, pelos baixos salários, pela segmentação por local, idade e grupo familiar —, há maiores índices de violência contra as mulheres e de violência entre os homens. Os ingredientes desse caldeirão da alta taxa de violência entre os homens e dos homens contra as mulheres são: a relação entre gêneros marcada pela evitação; a segregação de papéis em que as mulheres não são o contraponto no modelo da masculinidade exacerbada; a relação entre grupos em unidades territoriais e de solidariedade étnica fechada. Por sua vez, as mulheres seriam como cúmplices desses homens, na medida em que valorizam seu prestígio e reiteram seus valores. A violência é tolerada e até sancionada positivamente. A explicação é muito próxima daquela usada para os guetos negros nos Estados Unidos. Mas, na sociologia inglesa, essa explicação é complementada pelos demais elementos já mencionados que marcam a abordagem baseada no modelo interacional e da complexidade (Zaluar, 1998).

Outro autor, Anthony King (1997), adota a pós-modernidade do círculo hermenêutico com uma sociologia lingüística do diálogo. Por isso mesmo não assume a postura de afundar no universo do outro ou de considerar a ação do outro inteiramente nos seus próprios termos. Numa perspectiva distanciada, afirma que homens jovens aderem a noções pós-modernas de masculinidade, nação e sexualidade ligando sexo a violência. Considera os jovens torcedores fanáticos como jovens de origem operária que teriam *status* negativo, mas ressalta as estratégias adotadas para resistir à comercialização do futebol, adotando uma “posição crítica engajada” e criticando o populismo dos que se identificam com os jovens brancos torcedores. Por isso, é acusado de chauvinismo agressivo ou de autenticidade reacionária (Smith, 2000). No debate que se segue, novos elementos são incorporados, como a organização dos próprios torcedores e os efeitos da globalização no futebol. King focaliza as mudanças ocorridas na organização dos torcedores, fazendo-os reinventar uma tradição ao se apresentarem como os baluartes da tradição de seu clube e ao adquirirem importância política. Nesse caso, a segmentação ordenada não estaria apenas na vizinhança pobre, mas na organização dos clubes e dos novos torcedores que se

apresentam como baluartes de seus times. É essa perspectiva organizacional dentro de um enfoque de configuração que convém reter.

Anthony Giddens (1992) reforça os argumentos sobre os efeitos da globalização ou da alta modernidade ao sugerir que a adesão a concepções tradicionais de masculinidade é reação comum entre jovens operários por causa das dificuldades e da insegurança no mercado de trabalho agora existentes, o que resulta em violência contra as mulheres individualmente. Em empregos mal remunerados e precários, os homens se agarrariam ainda mais a formas tradicionais de masculinidade. As novas formas de gerenciamento e de relacionamento no trabalho, mais cooperativo e menos competitivo, não se apresentam como possibilidades para os jovens de origem operária.

Acima de tudo é preciso, pois, não perder de vista que há um processo macrossocial mundial: o progressivo enfraquecimento dos Estados nacionais e de suas formas de organização e ordenação de conflitos em virtude da globalização, com repercussões e efeitos no plano microsocial, incluindo-se aí as formações subjetivas do etos guerreiro que retorna ou da hipermasculinidade recém-surgida. Tal processo ocorre em todos os países e implica um enfraquecimento dos controles centrais que impõem restrições e limitações ao uso da violência como forma de afirmação da dignidade pessoal masculina. Aqui está um outro problema teórico: trata-se de valores ou de práticas? Se não são apenas signos e símbolos, mas ações e disposições interiorizadas na subjetividade, hábitos adquiridos e predisposições arraigadas de que muitas vezes as pessoas não têm consciência, a concretude e a profundidade exigem outro tipo de desconstrução. No plano político, não é simplesmente a reforma da cultura, mas a transformação das próprias relações sociais que possibilita que esses hábitos e modelos se desfaçam na subjetividade dos próprios homens jovens.

Por sua vez, no lado "positivo" do processo da globalização, há o fortalecimento de um direito internacional que tem reafirmado os direitos humanos e os direitos de quarta geração: os ecológicos, que se tornam cada vez mais importantes, destinados que estão a todos os habitantes do planeta, ao contrário dos direitos de cidadania, que eram exclusivos dos nacionais. Sem dúvida, a disseminação das idéias relativas a esses direitos, especialmente quando articuladas em organizações locais, como a dos torcedores independentes na Inglaterra, é um antídoto contra as tendências de crescimento da violência. Apresentar a vio-

lência como necessidade ou afirmação de uma diferença é dizer que ela é perfeitamente legítima, explicável e não-problemática, mesmo quando jovens da mesma origem social se exterminam mutuamente.

Masculinidades violentas no Brasil

No Brasil, pouco se sabe a respeito dos efeitos da masculinidade construída pela mídia com os filmes enlatados dos heróis-machos americanos. Tampouco sobre o excesso de notícias que põem em evidência os criminosos mais violentos e mais cruéis do Rio de Janeiro. Fotos, textos e manchetes conferem-lhes glória e *glamour*. Embora outras masculinidades também sejam apresentadas publicamente, pouco se sabe sobre essa diária exposição dos jovens — em busca de modelos de masculinidade — à fama bandida.

Também nunca houve nas cidades do país uma classe operária de emprego estável, visto que o mercado informal de trabalho sempre foi disseminado e importante. Nem foi tão marcante a mudança de um para outro modelo de família e de provedor. Um dos grandes perigos da abordagem que focaliza apenas a precariedade do emprego e a nova pobreza de famílias de mulheres e crianças sem proteção de um provedor é acabar por propor a existência de uma nova cultura da pobreza que estaria sendo construída em torno dos mencionados mecanismos sociais que desencadeiam ações violentas. Também jovens de classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro, dos Jardins de São Paulo ou das superquadras privilegiadas de Brasília têm vivido dramaticamente essas transformações, mostrando-se cada vez mais violentos. Problemática também seria a abordagem de gueto, visto que as favelas não têm população quase 100% negra, embora tenham diferentes percentuais de gradação de cores: não há divisão clara em linha de raça nem segregação através de leis raciais, como ocorreu até 30 anos atrás nos Estados Unidos, quando os negros eram proibidos de usar os mesmos locais públicos que os brancos.

Mas uma coisa é certa: a exacerbação dos localismos, seja de estados, cidades ou bairros, e de divisões étnicas fechadas pode estar ajudando a criar as condições para o retrocesso da civilidade no Brasil. Encarar a violência como a necessária afirmação das pequenas diferenças locais e grupais tornou-se mais uma justificativa para o aumen-

to da violência entre homens jovens, mas isso pode fazer com que percam a dimensão do que é um processo macrosocial. Glória Diógenes (1995, 1998) exemplifica essa perspectiva quando afirma que a violência fornece novas formas de expressão para os chamados excluídos, que assim romperiam as barreiras delimitadoras da cidade partida e afirmariam, pela desordem, a sua presença na cidade. A masculinidade violenta seria, então, algo positivo na medida em que serviria à diferença (pequena), demandando o reconhecimento dela e instituindo novas redes de sociabilidade, de micropoderes ou solidariedades fechadas. Mesmo que, segundo a autora, muitas vezes elas deixem rastros de sangue, isso não constituiria um problema nem exigiria intervenção de política pública. No meu entender, trata-se de mais um exemplo de etnógrafo que mergulha no mundo do outro, identifica-se com ele e repete suas justificativas para ações predadoras e condenadas como se isso fosse a “cultura” do grupo estudado.

Estaria o etos da masculinidade violenta também encapsulado em certos setores mais pobres ou mais desintegrados no Brasil? O debate sobre os efeitos da pobreza e da miséria no aumento das taxas de crimes violentos observadas em todo o país levou ao conhecimento dos pesquisadores estudos que revelam uma forte correlação entre pobreza e crimes violentos nas regiões metropolitanas e uma correlação inversa quando se comparam nacionalmente municípios pobres e ricos. A situação particular dos jovens entre 11 e 24 anos tem sido muito discutida por causa de sua gravidade no quadro de mortes violentas, em especial homicídios. Mas ficaram sem resposta algumas questões: como e por que, nos bolsões de pobreza, a família se fratura, a instituição escolar se dilacera pela presença da violência simbólica e física, a classe social perde suas referências, a hipermasculinidade se instaura nos corações e mentes, as organizações vicinais se paralisam e o movimento social se esvazia?

Também não há estudos conclusivos sobre o aumento da gravidez na adolescência ou a incompetência na socialização dos filhos nascidos de mães muito jovens e sem apoio familiar ou de outros protetores. Tampouco sobre os efeitos dessa socialização na internalização do etos guerreiro entre os jovens e no seu envolvimento progressivo na carreira criminosa. De todo modo, uma cena comum nas minhas pesquisas de campo era ver uma criança apontada pelos vizinhos — “esse vai ser bandido” — justamente porque vivia na rua, praticamente sem cuidado

paterno e materno.⁹⁴ Policiais comprometidos com a segurança da população, líderes comunitários e pessoas comuns sempre repetem que o aumento do número de crianças sem proteção familiar seria o ovo da serpente desse mal que os perturba (Zaluar, 1988). Na comparação com os Estados Unidos, é preciso ressaltar que aqui não há benefícios pagos à mãe de filhos dependentes; no entanto, a gravidez na adolescência e o número de famílias chefiadas por mulheres que sozinhas criam seus filhos aumentaram especialmente nas faixas de renda mais baixas (Ribeiro e Saboia, 1993; Rocha, 1992a; Henriques e Silva, 1989).

Contudo, não há a menor dúvida, pelo material etnográfico recolhido nas pesquisas por mim coordenadas, de que vigora uma forte relação entre aquilo que chamei inicialmente de etos da virilidade (Zaluar, 1988, 1993b), e posteriormente de etos guerreiro (Zaluar, 1997a, 1998), e a nova criminalidade do tráfico de drogas. Um novo estilo viril, o etos guerreiro, está germinando em alguns locais e grupos do Brasil, associado tanto ao uso instrumental quanto ao uso expressivo da violência. Instrumental porque a violência é um recurso utilizado para obter ganhos, especialmente ganhos comerciais no tráfico de drogas, no contrabando de armas e em outras atividades ilegais praticadas no chamado “crime negócio”, que envolve várias redes de relações interpessoais. E expressivas porque, nas relações entre homens, as respostas a cada desafio vão criando um círculo vicioso, ou seja, a necessidade de intensificar as respostas a fim de afirmar a vitória de um homem sobre o outro, de um grupo de homens sobre outro grupo de homens. Essa lógica guerreira do confronto leva finalmente à guerra, mesmo que encapsulada em certas áreas da cidade.

Isso mostra a necessidade de debater os efeitos do tráfico de drogas, suas formas de comercialização, acumulação e lavagem, suas redes interligadas, seus estilos de organização e resolução violenta de conflitos. Em algumas favelas já estudadas, uma cadeia de efeitos que se alimentaram mutuamente teria provocado a fragmentação das organizações vicinais e familiares, o que por sua vez teria facilitado o acesso dos grupos de traficantes ao poder local, agravando assim a ruptura dos laços sociais dentro da família e entre as famílias na vizinhança, acentuando o isolamento, a atomização e o individualismo.

⁹⁴ Licia Valladares (1990) também observa o mesmo em sua pesquisa na Rocinha.

As relações familiares e as perspectivas de futuro — na escola e no emprego — são também, conforme a literatura, de fundamental importância para entendermos por que, embora todos os jovens estejam teoricamente expostos à influência da cultura globalizada, poucos de fato tornam-se usuários abusivos de drogas e menos ainda se envolvem em atividades criminosas. Pouco se sabe a respeito das relações desses jovens com seus familiares, com a escola e com o trabalho, em comparação com os que não enfrentam as mesmas dificuldades.

A dinâmica própria do mundo do crime e as atrações que ele exerce, em termos de um cálculo racional, da ambição de “ganhar muito” ou “ganhar fácil”, dos valores de um etos da masculinidade que seriam alcançados por meio da atividade criminosa, compõem o quadro das alternativas de atrações, disposições e ganhos para os jovens pobres. Outras oposições se aplicam aos membros das quadrilhas, diferenciando os chefes (também chamados de “homens de frente”, “cabeças”) dos que obedecem ao seu comando (também chamados de “teleguiados”), dos que enriquecem como donos de boca-de-fumo e dos que trabalham para o chefe como vendedores (que podem ser, de acordo com a hierarquia, “vapores”, “gerentes” ou “aviões”). Por isso as quadrilhas ganham o nome de seus chefes, em vez do nome de bairros, de animais selvagens, de linhagens aristocráticas africanas ou de povos guerreiros, como as gangues estadunidenses.

O modelo de masculinidade “desafiadora” ou negadora de qualquer poder ou autoridade superior está presente nas afirmações dos jovens entrevistados: “eu fiz tudo pela minha cabeça”, “ninguém me influenciou”, “para ser bandido é preciso ter disposição para matar”. A própria categoria “sujeito homem” — agora empregada para justificar as reações violentas a qualquer tipo de provocação, mesmo que seja apenas um olhar atravessado ou um olhar lançado à mulher ou namorada do momento — revela a dureza e a crueldade diante do sofrimento alheio. Tal expressão surgiu no Rio de Janeiro nos anos 1970, provavelmente derivada da expressão nordestina “sujeito macho” ou “cabra macho”. Inicialmente ela designava homens “de palavra”, corajosos, que enfrentavam a morte para defender sua família, sua propriedade e sua reputação; hoje abrange um campo semântico que vai desde a disposição para defender a própria mulher, o time de futebol, o local de moradia ou a favela até a determinação de matar para “não levar desaforo” nem ser humilhado publicamente por quaisquer ínfimos motivos. O desfecho é a morte do autor da humilhação.

Porém, não é apenas o valor da palavra dada nem a coragem que definem o “sujeito homem”, mas também o orgulho pela insubmissão às regras e a capacidade de demonstrar “disposição”. Fazer justiça com as próprias mãos tem uma longa história no Brasil, especialmente nas lutas entre famílias do Nordeste, de Minas Gerais e do Centro-Oeste, eternizadas em muitos romances marcantes da literatura nacional. A distância em relação à concepção de honra nas sociedades tradicionais está bem clara. Não se trata de defender a virgindade das mulheres da família, pois as mulheres não vão mais virgens para o casamento, e sim de manter a exclusividade de seus serviços sexuais ou de impedir que se neguem a manter uma relação. São comuns os casos de meninas mortas nas favelas porque se recusaram a ficar com os homens que as queriam ou porque ousaram namorar outros homens mesmo depois de abandonadas.

Mais que uma proibição, o assassinato de outro ser humano é um tabu de conotações sagradas. Uma vez quebrado esse tabu, o homem, responsável por mais de 90% dos homicídios ocorridos no Brasil, se sente todo-poderoso, igual aos deuses que têm o poder sobre a vida e a morte (Zaluar, 1995c). É preciso enxergar essa dimensão destrutiva do poder, do simbólico e da paixão presente no ato de matar: o triunfo sobre o outro, o orgulho pela sua destruição, o prazer de ser o senhor da vida e da morte. Nas entrevistas feitas nas várias pesquisas por mim coordenadas nas duas últimas décadas, a referência a essa sensação como motivo da transgressão é muito clara. Uma vez transposta a barreira do proibido, há uma euforia advinda da nova liberdade adquirida que faz com que muitos deles se tornem viciados em matar.⁹⁵ Alguns obtêm um enorme prazer na repetição desse ato que os faz sentirem-se tão livres e tão poderosos por ser a afirmação da dominação completa sobre o outro, que assume o papel passivo e feminino da vítima que sofre e silencia. A violência torna-se então habitual e banal, algo com que as pessoas se habituam a conviver, perdendo assim a sensibilização adquirida num longo processo de socialização.

Esses processos ao mesmo tempo cotidianos e estruturais, privados e públicos, cuja importância custou a ser avaliada no Brasil, tiveram

⁹⁵ Wolfgang Sofsky (1988), sociólogo alemão que estudou o terror e escreveu um tratado sobre a violência, narra com crueldade o que vem a ser essa paixão. Escolhe para ilustrá-la o personagem Gilles De Rais, nobre francês contemporâneo de Joana D'Arc que adquiriu o gosto de matar durante a Guerra dos Cem Anos e continuou a fazê-lo quando não havia mais guerra. Caçou, torturou e matou meninos com a ajuda de seus servos, conforme suas confissões.

aqui conseqüências ainda mais graves do que alhures, onde houve um preparo para enfrentar esse que é um dos grandes desafios do próximo milênio: a volta à pulverização da violência, à banalização da violência entre os civis, à interiorização nas subjetividades dos comportamentos violentos que se vão tornando habituais. Mas isso não acontece em todas as cidades, em todos os bairros, em todos os setores pobres da população. As diferenças marcantes entre lutadores de jiu-jítsu do mesmo grupo social ou entre o baile *funk* e o baile *charme* no mesmo subúrbio do Rio de Janeiro comprovam isso (Cecchetto, 2004; Monteiro, 2001).

Diante do quadro de pluralidade, é preciso ter meios de dizer qual concepção tem a maior adesão da população. Ora, isso evidentemente implicaria realizar uma pesquisa apropriada para tornar claro qual, entre tantos modelos, é o hegemônico no país e na cidade. Há suficientes evidências nos vários estudos apresentados anteriormente de que outras construções da masculinidade são interiorizadas por jovens da mesma classe ou categoria social, vivendo nas mesmas condições e nos mesmos bairros. Nossa pesquisa realizada em três bairros do Rio de Janeiro, comparando o etos da masculinidade entre jovens do mesmo contexto social,⁹⁶ também comprovaram isso (Cecchetto, 1997b, 2004; Monteiro, 2001). As brigas ritualizadas nos bailes *funk* podem ser entendidas como uma das formas que os jovens encontram de adquirir as disposições internas necessárias para a vida masculina adulta no contexto criado pela criminalidade violenta dos grupos de tráfico. Os refrões de algumas músicas, por exemplo, incitam a “passar cerol”, ou seja, aniquilar, destruir o inimigo, o “alemão”, que às vezes é a polícia (Cecchetto, 2004). Essas peculiaridades do baile *funk* de embate têm sido tachadas de *funk-bandido*, como o *gangsta rap*. Outra característica que aproxima o *funk* do *rap* dos EUA é que recentemente a relação entre os sexos aparece como tema fundamental das músicas e como a marca do gênero: o porno-*funk* exhibe as mesmas obsessões do *sex rap*. A disposição para “dominar” e matar o rival é hoje bem mais geral entre os jovens das classes populares que aderem a esse estilo juvenil de lazer e parecem abandonar os ideais igualitários dos blocos e escolas de samba, que têm muitos diretores e muitas facções, mas não têm chefes incontestáveis.⁹⁷

⁹⁶ Ver cap. 13.

⁹⁷ Segundo Jankowski (1991), quadrilhas e máfias têm chefes e não escutam os demais membros, enquanto na gangue estes são ouvidos. No Brasil, as quadrilhas de traficantes seguem a linha de poder das organizações mafiosas, embora não tenham a mesma origem.

Tampouco os sambas feitos pelos seus artistas⁹⁸ exaltam a violência ou a dominação masculina brutal (Zaluar, 1985, 1998).

Há também outros estilos de masculinidade que continuam presentes na vida social dos mesmos bairros e setores pobres. Enquanto no estilo guerreiro o que predomina é a afronta de um homem a outro, em muitos outros o desafio é entre homens que se defrontam ludicamente. A afronta, no primeiro caso, não tem negociação, mas retaliação violenta e vingança privada num jogo de soma zero: um ganha e outro perde num confronto violento. Por isso mesmo, os assaltos são anunciados nas ruas do Rio de Janeiro como “perdeu, perdeu”. No mundo do samba, o passaporte para entrar numa roda (de samba, de partido alto, de choro, de jongo, de dança) é “saber entrar” ou “saber chegar”.⁹⁹ O que se espera é que o recém-chegado demonstre simpatia, ou seja, a capacidade de se colocar como um igual, com todos os problemas e deficiências de qualquer um. A arrogância é malvista nesse mundo porque humilha o outro sem necessidade. Nesse sentido, tais expressões servem como antídotos contra a violência.

Na cultura urbana carioca, mas também na embolada rural nordestina e no desafio caipira, os homens se defrontam poética e ludicamente em desafios verbais,¹⁰⁰ um dando ao outro a possibilidade de resposta pronta e divertida. A vitória é daquele que melhor consegue versejar, mas também de todos os poetas que, juntos, oferecem ao público um belo espetáculo. Trata-se de um desafio que se transforma em jogo cooperativo em que todos ganham, embora não deixem de competir. Mesmo em conflitos reais, a resposta foi dada em belas letras de música que continuam encantando as gerações posteriores, como na famosa disputa entre Wilson Batista e Noel Rosa, na qual se redefiniu a

⁹⁸ Um conhecido sambista da Vila da Penha foi ameaçado de morte pelas quadrilhas e galeiras de uma favela depois que o samba de sua autoria (*Quizomba*) foi o vencedor e a escola de samba de Vila Isabel sagrou-se campeã em 1989: ele vinha de um bairro sob outro “comando”.

⁹⁹ Como prova de que os mundos se interpenetram (Bakhtine, segundo Zaluar, 1985), saber entrar e saber sair é o passaporte no tráfico para não haver conflito violento entre comparas ou entre traficantes e usuários. Mas isso não funciona para homens que moram em bairros ou favelas “inimigas”.

¹⁰⁰ Segundo o principal historiador do folclore brasileiro (Cascardo, 1984), os desafios cantados são provavelmente de origem portuguesa e árabe. Esse mesmo autor afirma que tais desafios verbais não existiam no continente africano, ao contrário do que afirma Tricia Rose sobre a origem africana do *rap*.

figura do malandro, cuja versão violenta fora apropriada já nos anos 1930 pelos intelectuais paulistas para representar um Rio de Janeiro perigoso e não confiável. Nelas é possível recuperar o embate entre duas concepções de masculinidade e de sambista:

Meu chapéu de lado,
 Tamanco arrastando,
 Lenço no pescoço,
 Navalha no bolso,
 Eu passo gingando,
 Provoco desafio.
 Eu tenho orgulho
 Em ser vadio,
 Sei que eles falam
 Do meu proceder.
 Eu vejo quem trabalha
 Andar no miserê,
 Eu sou vadio porque tenho inclinação.
 No meu tempo de criança, tirava samba canção
 (Wilson Batista)

Deixa de arrastar
 O seu tamanco,
 Pois tamanco nunca foi sandália.
 E tira do pescoço o lenço branco,
 Compra sapato e gravata,
 Joga fora essa navalha
 Que te atrapalha.
 Com chapéu de lado deste rapa
 Da polícia quero que escapes
 Fazendo samba canção.
 Eu já te dei papel e lápis,
 Arranje um amor e um violão.
 Malandro é palavra derrotista
 Que só serve pra tirar
 Todo valor de um sambista.
 Proponho ao povo civilizado
 Não te chamar de malandro,
 E sim de rapaz folgado.

(Noel Rosa)

A figura do malandro carioca violento ficou incorporada a personagens chegados a essa cidade já homens feitos, como Madame Satã

(pernambucano) e Bezerra da Silva (paraibano). Um malandro carioca (Moreira da Silva) assim cantou as transformações e duplicidades dessa figura:

Você me desrespeitou,
 Mexeu com a minha nega.
 Você sabe muito bem que em casa de malandro
 Vagabundo não pede emprego (...).
 Aí eu meti a mão na peixeira,
 Porque eu sou de Pernambuco,
 Cidade pequena porém decente.
 Peguei o Virgulino pelo abdômen (...).
 Agora o malandro que é malandro
 Não denuncia o outro,
 Espera para tirar a forra.
 Então diz o malandro:
 Vocês não se afobem que o homem
 Dessa vez não vai morrer.
 Vocês botem terra,
 Que este sangue não é guerra,
 É brincadeira,
 E eu desguinando que a justa já vem (...).

Embora haja muitos sambas de protesto e de denúncia da violência policial, a maioria fala principalmente das agruras e alegrias do amor e das relações entre os gêneros. Antigos e novos, os sambas cantados pelas grandes massas no carnaval e fora dele, falando de diversos embates transpostos para o simbólico, impressionam pelo contraste com as imagens do masculino vingador e brutal. Ao contrário, socializam as grandes massas que os escutam e os cantam para enfrentar o sofrimento e a decepção amorosa, dando a volta por cima e recuperando a alegria na sociabilidade igualitária. As relações conflituosas dos sambistas, mesmo os adeptos da vida boêmia, com suas mulheres revelam o sofrimento e a capacidade de superá-lo sem que haja mortes. Em nenhum desses sambas aparece a categoria “sujeito homem”, usada desde a década de 1980 para justificar os chamados crimes passionais em que a mulher e seu amante são punidos com o assassinato. Inúmeros são os sambas em que essa concepção de defesa da honra masculina afrontada está ausente, mas o importante é mantê-los vivos na memória de todos os homens e mulheres. Lembrá-los é civilizar a sociedade

novamente. Como disseram alguns dos muitos que se dedicaram a cantar a traição e, sem negar o sofrimento, ensinaram a encontrar uma saída e socializaram os mais jovens nesse modo de agir:

Quando a minha cabrocha
 Entra no samba
 Que tem na favela
 Com a sua saia de roda
 Verde e amarela,
 Vejo que todos desejam sambar,
 Sambar com ela.
 Eu não sei qual é o mistério que há
 Nas cadeiras dela.
 Quando o samba é bem cantado,
 Batem palmas e é bisado,
 Somente pra minha cabrocha sambar.
 Mas quando a vejo cantando,
 Sambando ao som do pandeiro,
 Eu juro me sinto mais brasileiro
 (Geraldo Pereira)

Recomeçar o que restou de uma paixão,
 Voltar de novo à mesma dor sem razão,
 Guardar no peito a mágoa sem reclamar,
 Acreditar no sol da nova manhã,
 Dizer adeus e renunciar,
 Vestir a capa de cobrir solidão
 Para poder chorar.
 Somente o tempo faz a gente lembrar
 Do sofrimento que não quis perdoar,
 E todo mal reprimido pode afinal nos deixar.
 A vida tem seu renascer de uma dor,
 Toda ferida um dia tem que fechar,
 E quem secou esse pranto
 Pode novamente amar
 (Elton Medeiros e Paulinho da Viola)

Não surpreende que o samba também não seja bairrista, como está claro nas constantes trocas entre os sambistas, entre as escolas, em rodas de samba, pagodes, partidos altos, rodas de choro e comemorações que fazem da cidade do Rio de Janeiro uma constante fonte de encon-

tros e alegrias, apesar de todos os pesares. Um sambista, como aconteceu com o compositor Luís Carlos da Vila, pode se ofender quando se sugere que ele é de uma escola ou de um bairro. Muitos deles moram num bairro e “são” de escola em outro bairro. E todos visitam sambistas nos mais variados bairros, cidades e estados. Não há nem mesmo rivalidade entre os sambistas do Rio de Janeiro e São Paulo, os primeiros reverenciados como mestres pelos segundos. Desde os anos 1930 ouve-se Noel cantar em resposta a Wilson Batista:

Quem é você
 Que não sabe o que diz,
 Meu Deus do Céu, que palpíte infeliz.
 Salve Estácio, Salgueiro e Mangueira,
 Osvaldo Cruz e Matriz,
 Que sempre souberam muito bem.
 A Vila não quer abafar ninguém,
 Só quer mostrar que faz samba também.

A rixa cantada em tons e versos não impediu Wilson Batista de compor, depois da morte de Noel Rosa, um samba que, feito para homenagear Francisco Alves, grande comprador de sambas, também manifesta tributo a Noel:

Chora Estácio, Salgueiro e Mangueira,
 Todo o Brasil emudeceu.
 Chora o mundo inteiro,
 O Chico Viola morreu.
 Na voz de seu plangente violão,
 Ele deixou seu coração,
 Partiu, disse adeus, foi pro céu,
 Foi fazer, foi fazer, companhia a Noel

Por isso mesmo, é manifestação nacional, de todos os brasileiros. O regime autoritário de Getúlio Vargas não seria capaz de, sozinho, propiciar a alquimia social que fez do samba um fato social total (Zaluar, 1998) e nacional.